



CENTRO UNIVERSITÁRIO DE BRASÍLIA – UniCEUB
FACULDADE DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS – FASA
CURSO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL
HABILITAÇÃO EM JORNALISMO
DISCIPLINA: MONOGRAFIA
PROFESSOR ORIENTADOR SIDNEI VOLKMANN
ÁREA: CRIME ORGANIZADO

CPI do Narcotráfico

Análise do caso Hildebrando Pascoal

João Filipi Marques Porto
RA:20462879

Brasília, Maio de 2008

João Filipi Marques Porto

CPI do Narcotráfico

Análise do caso Hildebrando Pascoal

Trabalho apresentado à Faculdade de Ciências Sociais Aplicadas, como requisito parcial para a obtenção ao grau de Bacharel em Comunicação Social com habilitação em jornalismo no Centro Universitário de Brasília – UniCEUB.

Prof . Sidnei Volkmann

Brasília, Maio de 2008

João Filipi Marques Porto

CPI do Narcotráfico

Análise do caso Hildebrando Pascoal

Trabalho apresentado à Faculdade de Ciências Sociais Aplicadas, como requisito parcial para a obtenção ao grau de Bacharel em Comunicação Social com habilitação em Jornalismo no Centro Universitário de Brasília – UniCEUB.

Banca Examinadora

Prof. Sidnei Volkmann
Orientador

Prof.^a Renata Giraldi
Examinadora

Prof.^a Luzia Cristina Giffoni
Examinador

Brasília, Maio de 2008

Dedicatória

Dedico este trabalho aos meus pais, Cleber e Mariza, pois sem eles jamais conseguiria concluir meu curso. Dedico ainda a minha irmã, Marina, que presenciou diretamente toda minha trajetória na faculdade.

Quatro longos anos se passaram. Todo meu esforço foi elogiado e criticado por vocês. Por tudo o meu muito obrigado.

Agradecimentos

Primeiramente gostaria de agradecer a Juliana minha parceira e companheira. Obrigado por sua paciência e preocupação. Sem seu carinho não teria forças para concluir este trabalho.

Agradeço ainda ao meu orientador, Sidnei Volkmann, por toda paciência dedicada durante este processo. Desde quando o Sidnei começou a dar aulas no UniCEUB, nós conversamos sobre a monografia. Sinto-me prestigiado de concluir este curso com a sua ajuda.

Obrigado a toda superliga dos focas paladinos: Victor Martins, Sara Campos, Ederson Bancillon, Rodrigo Fayad, Rodolfo Santos, André Damasceno, Larissa Gomes, Renato Aguiar, Janaina Valadares, Alexandra Marins, Kátia Paiva, Carla Carvalho e o ex-foca DJ Teon. Todos vocês fizeram a faculdade ser um lugar mais divertido.

Meus agradecimentos a todos os professores. Sem vocês jamais entenderia o mercado de comunicação. Todos os meus mestres foram essenciais para compreender a função social de um jornalista.

“Não se pode aceitar que um parlamentar venha a uma comissão desrespeitar a Casa, dizendo que aqui é um conglomerado de bandidos”,
Severino Cavalcanti, na época Corregedor da Câmara dos Deputados

RESUMO

Este trabalho analisa as matérias veiculadas no jornal Correio Braziliense sobre a cassação do parlamentar Hildebrando Pascoal. O trabalho acompanha as notícias sobre o parlamentar desde as investigações da CPI do Narcotráfico até quando ele se entrega à Polícia Federal para ser preso.

Palavras-chave: Hildebrando Pascoal, Crime Organizado, Cartel do Acre, CPI do Narcotráfico.

ABSTRACT

This study examines the materials carried in the newspaper Correio Braziliense on the appeal of parliamentary Hildebrando Pascoal, during investigations of the Drug Traffic Parliamentary Commission of Inquiry until his arrest made by the Brazilian Federal Police .

Key words: Hildebrando Pascoal, Organized Crime, Acre's Cartel, Drug Traffic Parliamentary Commission of Inquiry.

Sumário

1 INTRODUÇÃO	10
1.1 TEMA	10
1.2 JUSTIFICATIVA	11
1.3 OBJETIVOS	12
1.3.1 Objetivo geral	12
1.3.2 Objetivos específicos	12
1.4 HIPÓTESES	12
2. REVISÃO DA LITERATURA	13
2.1 CRIME ORGANIZADO	15
2.2 SEGURANÇA PROFISSIONAL	17
3. MÉTODO	21
3.1. DELIMITAÇÃO DO OBJETO	23
4 ANÁLISES	25
4.1. QUEBRA DE DECORO	25
4.1.1. Tabela 1	27
4.2. CASSAÇÃO DO PARLAMENTAR	27
4.2.1. Tabela 2	28
4.3. PRISÃO NA POLÍCIA FEDERAL	29
4.3.1. Tabela 3	31
5. CONCLUSÃO	33
6. REFERÊNCIAS	34
7. ANEXOS	35

1 INTRODUÇÃO

Este trabalho busca avaliar como a mídia pode contribuir ou atrapalhar as investigações dentro do Congresso Nacional. O trabalho quer avaliar também, se a mídia realmente consegue investigar um escândalo político, sem a ajuda dos parlamentares e, até que ponto, estes congressistas manipulam os jornais para atingir desafetos e desviar a atenção da mídia.

No último semestre do ano de 1999, a Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) do Narcotráfico da Câmara dos Deputados começou a ganhar espaço na mídia ao investigar as ramificações do crime organizado no Brasil. Como resultados da investigação dois parlamentares foram cassados, Augusto Farias (PPB/AL) e Hildebrando Pascoal (PFL/AC). Hildebrando está preso até hoje.

Durante todo o trabalho da CPI, foram levantados dados do crime organizado em 17 estados, além das conexões do tráfico de drogas no Brasil com a África, Paraguai e Suriname.

Definiu-se como foco deste trabalho o caso da cassação do deputado Hildebrando Pascoal (PFL/AC) porque ele era um dos envolvidos nas denúncias com grupos de extermínio no Acre e em outros estados.

1.1 TEMA

A principal motivação para realizar esta pesquisa é estudar a forma como as técnicas jornalísticas são usadas durante um fato mutável.

Tanto na academia quanto nas redações há um debate pertinente sobre como os jornalistas devem se posicionar diante de fatos que ainda terão desdobramentos.

Escolher uma atividade legislativa para analisar como o discurso jornalístico funciona é complicado. Sabe-se que o Congresso Nacional é uma casa onde agem interesses de todos os setores da sociedade. Quando estes interesses tratam de assunto tão específico e complexo como o crime organizado, traz à luz um cenário

pouco estudado sob o ponto de vista midiático e sua interação com o Congresso nacional.

Na academia, percebem-se críticas fervorosas às coberturas da imprensa nacional, tanto de mestres como de alunos. Mas será que realmente os jornalistas da grande mídia fazem um papel desonesto perante o leitor?

1.2 JUSTIFICATIVA

Este estudo tem como objetivo aproximar os conceitos teóricos estudados nas escolas de jornalismo com a prática utilizada no cotidiano. O vai checar como os fatos são repassados para a população quando o acontecimento ainda está para ser resolvido.

O trabalho deve avaliar os acertos dos jornalistas durante a cobertura de CPIs, baseado na prática ética da profissão. A necessidade de se pensar na forma de abordagem e como os conteúdos são construídos, considerando que a teoria e a prática jornalística devem andar juntas.

Apesar da maior velocidade exigida pelas redações na produção de matérias, alguns repórteres conseguem produzir conteúdo de qualidade. As novas tecnologias diminuiram o tempo de apuração dos repórteres, entretanto hoje os repórteres possuem mais ferramentas de trabalho, por exemplo, a internet.

Com a análise da cobertura desta CPI, pretende-se mostrar se essas novas técnicas foram usadas de forma proveitosa para agilidade e qualidade da informação.

1.3 OBJETIVOS

1.3.1 Objetivo geral

Analisar a forma como a CPI do Narcotráfico foi noticiada. Principalmente analisar a forma como o caso Hildebrando Pascoal foi noticiado.

1.3.2 Objetivos específicos

- Analisar a forma como os fatos sobre a cassação do deputado Hildebrando Pascoal foram veiculados no jornal *Correio Braziliense* no último semestre de 1999.
- Verificar o impacto da quebra de decoro de Hildebrando Pascoal e como os parlamentares da CPI aproveitaram esta ação para se promoverem na mídia.
- Verificar como as Organizações da sociedade civil reagiram diante do caso.

1.4 HIPÓTESES

A forma como os fatos são apresentados na mídia influencia o andamento dos processos de investigação no Congresso. Estes fatos agredem o processo legislativo e impulsionam a opinião pública a cobrar uma postura ética dos parlamentares. Nesse aspecto, a mídia forma um ponto positivo para a prática legislativa, como acontece no caso analisado por este trabalho.

Apesar dos vários interesses que pairam sobre as Comissões Parlamentares de Inquérito, o interesse noticiado pela mídia é um fator vital para os andamentos dos trabalhos parlamentares. Estudar como este interesse é formado tornou-se a principal motivação por respostas.

2. REVISÃO DA LITERATURA

Para avaliar a cobertura da cassação do deputado Hildebrando Pascoal é preciso entender como foi o desenvolvimento das notícias sobre crimes nas redações brasileiras. No começo do século XX, os tablóides policiais dedicavam-se a um jornalismo sensacional e caricato, com bandidos de nomes irreverentes. No ambiente das redações, o profissional que trabalhava na editoria de polícia não era considerado jornalista pelos outros colegas. Muitos desses repórteres que noticiavam crimes realmente eram profissionais diferentes dos outros jornalistas. Pesquisas demonstradas no livro “Mídia e Violência”, de Silvia Ramos e Anabela Paiva¹, apontam que a maioria dos repórteres policiais do começo do século XX não possuía formação acadêmica e pertencia às classes mais baixas da sociedade.

Esse tipo de cobertura policial sofreu mudanças drásticas. As fotos de cadáveres saíram de cena e, até em jornais populares, o conteúdo policial veiculado teve um salto de qualidade. Aos poucos a segurança pública sai da editoria de cidades e começa a ser noticiada em outras editorias como educação, saúde, política e até economia.

Este trabalho é um ótimo exemplo porque ele trata de uma questão de segurança pública que foi noticiada apenas na editoria de Brasil do Correio Brasiliense. O caso Hildebrando Pascoal possivelmente é um tema para a editoria de polícia, tanto que, em Brasília, a cobertura foi feita por repórteres especializados nesta editoria.

Pergunta-se por que a criminalidade é tão valorizada por nossos jornais. A resposta disso pode ser encontrada no livro “Mídia e Violência”. Para as autoras, os crimes não podem ser considerados apenas um fato isolado e sem ligações:

Cinquenta mil pessoas são assassinadas a cada ano no Brasil. A taxa de homicídios do país aumentou 77% em vinte anos, passando de 15,2 homicídios por 100 mil habitantes em 1984 para 26,9 homicídios em 2004 - índice que situa o Brasil entre os países mais violentos do mundo. Durante muito tempo, a sociedade, as universidades e as instituições brasileiras assistiram essa matança praticamente em silêncio. Afinal, as mortes atingem majoritariamente grupos desfavorecidos: jovens do sexo masculino (especialmente na faixa de 15 a 24 anos), na maioria pobres,

¹ RAMOS, Silvia; PAIVA, Anabela. **Mídia e Violência**: tendências na cobertura de criminalidade e segurança do Brasil. Rio de Janeiro: UPERJ, 2007. Citado nas referências capítulo 6.

quase sempre negros e moradores de preferias ou favelas dos grandes centros urbanos. (RAMOS, 2007,p.13)

Apesar de Silvia e Anabela mostrarem que os crimes em sua maioria afetam apenas a parcela pobre da população, a criminalidade tem um alcance em todas as camadas sociais. O Brasil está entre os países mais violentos do mundo. O crime infelizmente não é um fato isolado das camadas mais pobres. A criminalidade ataca todas as classes sociais e interfere na maneira que todos vivemos.

Os jornalistas precisam, para ajudar a sociedade, aceitar a missão de noticiar o crime de maneira analítica, exibindo as complicações que os incidentes podem acarretar à sociedade, e não ficar apenas nas exibições sensacionalistas dos cadáveres. Precisamos pensar sobre a importância do crime em nossas vidas.

Os brasileiros vivem em um sistema violento e corrupto, no qual a mídia precisa ter o cuidado para não transformar criminosos em mitos. A cobertura dos jornais diversas vezes comete erros e mitifica bandidos, como ocorreu com a superexposição de Marcos Willians Herbas Camacho, o Marcola, o representante do Primeiro Comando da Capital (PCC), facção criminosa que comanda os presídios de São Paulo.

Como dizem as autoras do livro “Mídia e Violência”, não existe manual para se cobrir a criminalidade. Mas pensar na segurança pública e no bem-estar dos cidadãos que lêem os jornais, já é um bom começo para a melhoria da cobertura.

As reações políticas e policiais quando o assunto é segurança pública são, por muitas vezes, pautadas pela mídia. Como exemplo pode-se citar o caso do menino João Hélio, que foi arrastado brutalmente pelas ruas do Rio de Janeiro após um assalto. O crime comoveu a sociedade brasileira e chegou a virar pauta no Congresso Nacional nos pedidos de redução da maioridade penal. Isso porque um dos assaltantes que mataram o garoto João Hélio era menor de idade e não sofreria a mesma pena que os outros.

O caso de João Hélio aconteceu em fevereiro de 2007. No mesmo ano foram apresentadas 18 propostas, entre projetos de leis e audiências públicas, para discutir a redução da maioridade penal de 18 para 16 anos. Destes, dez projetos foram arquivados, dois foram devolvidos para os autores, e os seis projetos

restantes ainda esperam análise. Ou seja, a pressão da imprensa pautou os políticos, mas nada de concreto foi aprovado.

Escândalos como o do menino João Hélio vivem pautando o Congresso Nacional. No entanto, o que fica mais evidente é a iniciativa que alguns parlamentares têm em levantar hipóteses para a segurança pública, mas poucas ações se tornam efetivas.

2.1 CRIME ORGANIZADO

A CPI do Narcotráfico faz parte deste processo. O crime organizado no Brasil é noticiado, desde os anos 1970, de maneira estigmatizada nos jornais, desde quando o presídio de Ilha Grande, no estado do Rio de Janeiro, foi considerado pela imprensa “o berço das falanges”, as quais, na década de 80, vieram a comandar o tráfico no estado².

Quando o tráfico e o crime organizado começaram a ser investigados na Câmara dos Deputados, no final da década de 90, outros questionamentos vieram à tona. O tráfico de drogas organizado, que antes era noticiado apenas como um acontecimento exclusivo das favelas do Rio de Janeiro, foi apresentado na CPI como uma complexa rede de traficantes, com ramificações em diversos estados brasileiros e, inclusive, fora do país.

O noticiário se voltou para a cobertura da CPI do Narcotráfico. As mídias locais e os veículos de circulação nacional começaram a se pautar pelas investigações da CPI e mostrar os problemas que o narcotráfico causa em outros estados fora do Rio de Janeiro; além dos abusos policiais e grupos de extermínio, como o do deputado Hildebrando Pascoal.

Os deputados sabem que quando uma CPI, a qual participam, começa a ganhar espaço na mídia, há a possibilidade de se progetarem na mídia, mostrando-se como homens atuantes no Congresso Nacional.

² Informações retiradas do livro *Abusado: O dono do Morro Dona Marta*, de Caco Barcelos.

Esta troca de informações entre jornais e parlamentares, pode resultar em ações públicas apenas de cunho demonstrativo, sem interesse na solução de problemas. Como explica Cláudio Beato:

É quadro recorrente governantes, gestores e policy makers não disporem na área da segurança de instrumentos de diagnóstico, monitoramento e avaliação de atividades empreendidas. Bases de dados e sistemas de informação são precários e a cultura prevalecente nas organizações não incorpora ainda as utilidades executivas da gestão do conhecimento. Conseqüentemente, não se define uma agenda de problemas prioritários, terminando por gerar estratégias e atividades de cunho puramente reativo sem resultados. (BEATO *apud*, RAMOS, 2007,p.34)

Notícias sobre criminosos sempre exercem o fascínio e a curiosidade da população. O contato entre bandidos e jornalistas foi uma prática muito comum nos anos 1980 e 1990. Muitos jornalistas viam esse tipo de contato como uma forma de diferenciar o seu trabalho tanto que diversas entrevistas foram feitas com os grandes traficantes da época.

O livro “Abusado: O dono do Morro Dona Marta”, do jornalista Caco Barcelos, relata uma entrevista coletiva dada por um traficante para repórteres de vários veículos em 1989, durante uma disputa pelo o comando das bocas de fumo do Morro Dona Marta.

Atualmente, segundo as autoras do livro “Mídia & Violência” há uma preferência em não se publicar os relatos dos criminosos, como uma forma de não visibilidade à criminalidade. Entretanto, podemos ver que, em casos extremos, quando crimes ganham expressão nacional isso acontece. Como exemplo, podemos citar as entrevistas no horário nobre de Suzane Richthofen³.

Já os criminosos associados a organizações criminosas, como traficantes de drogas, não costumam aparecer em entrevistas. Isso acontece porque a imprensa “não quer atribuir uma posição de liderança, permitindo por exemplo, que esses criminosos expressem opiniões políticas.” (RAMOS, 2007, p.58). As conseqüências da exposição de traficantes na mídia também são debatidas.

O jornalista Zuenir Ventura, que nos anos 90 trabalhou para o *Jornal do Brasil* fez uma entrevista com Márcio Amaro de Oliveira, o Marcinho VP do Morro Dona Marta. O traficante ganhou certa notoriedade por falar de política nas suas entrevistas. O jornalista decidiu não publicar a reportagem pois via essa entrevista como uma provocação ao governo e à polícia. Em outra ocasião, ao escrever o livro *Cidade Partida*, em 2000, Zuenir dedicou um capítulo à entrevista do líder do tráfico de

³ Richthofen assassinou os pais com a ajuda dos irmãos Cravinhos (Daniel e Christian). Um crime premeditado pela própria Suzane que causou o repúdio pela sociedade Brasileira.

Vigário Geral. “Com Flávio Negão era diferente (...) não teria o impacto de uma manchete de jornal, no calor da hora”. A idéia era saber o que se passava na cabeça de um traficante criminoso. Acho que pela primeira vez soube o que um traficante pensava, como matava, como agia. (RAMOS, 2007, p.58)

Ao ouvir um criminoso, o jornalista deve ter o cuidado de não transformá-lo em vítima da sociedade, herói ou celebridade. É importante publicar matérias que possam servir para a sociedade compreender como ela está envolvida com a criminalidade.

Os veículos das Organizações Globo não publicam os nomes de facções criminosas desde 2005. O intuito dessa decisão é não dar status institucional a esses grupos. Os jornais tentam dessa forma desconstruir a imagem pública dessas organizações, imagem criada com o auxílio da imprensa. “O grande erro foi quando se começou a dar importância a essas siglas, como se fossem uma organização social. Foi o grande erro da imprensa”, diz Arnaldo Vianna, editor do jornal O Estado de Minas (RAMOS, 2007, p.59).

2.2 SEGURANÇA PROFISSIONAL

O tema segurança do profissional de imprensa tornou-se cada vez mais relevante e mobiliza redações e sindicatos, principalmente no Rio de Janeiro e em São Paulo. Os jornalistas sabem das situações de risco a que se expõem, sejam tiroteios ou ameaças de organizações criminosas. Os profissionais começam a repensar seus métodos de trabalho buscando aumentar a segurança.

Situações de hostilidade contra jornalistas não são novidade. Porém, após o assassinato de Tim Lopes da TV Globo em 2002 o tema da segurança do jornalista se tornou mais urgente. A partir desse caso, algumas empresas criaram normas de segurança e investiram em equipamentos como coletes, veículos blindados e treinamento especializado. Alguns veículos evitam fazer a cobertura de locais considerados violentos ou adotam procedimentos especiais para fazê-la.

O presidente do sindicato dos jornalistas do Rio de Janeiro, Aziz Filho lembra que “como chefe de sucursal da *Isto É*, no Rio, passei um tempo sem querer nem ouvir falar de pautas em favelas, por temer pela vida dos repórteres. Mas isso não pode acontecer. O jornalismo precisa estar em todos os lugares, e mais ainda nos que sofrem com a violência”. (RAMOS, 2007, p.99)

O episódio Tim Lopes foi, para muitos profissionais da imprensa, o fim da neutralidade do repórter na editoria policial. A morte de Tim Lopes é um marco não só na história das Organizações Globo, mas do jornalismo no Brasil. “Ele é um mártir do jornalismo na própria acepção da palavra”, define o diretor de Jornalismo da emissora, Carlos Schroder. Ele considera a resposta da imprensa ao crime exemplar.

Cobrimos o caso até que seus culpados estivessem presos, julgados e condenados. No nosso caso, antes da prisão foram mais de 17 horas de reportagem. Acompanhamos o julgamento de cada um dos criminosos com grande destaque. E a

luta contra o tráfico, que já era prioritária, passou a ser ainda mais. (RAMOS, 2207, p.100).

A reação da imprensa se deu dessa maneira por vários motivos. Tim Lopes era um profissional querido, competente, e os veículos perceberam que o silêncio da imprensa seria perigoso e poderia causar novas agressões. A reação da imprensa a morte do jornalista ocasionou uma operação especial da polícia, chamada de Operação Sufoco, para prender os criminosos que mataram Tim Lopes. Os ataques da imprensa terminaram em 19 de setembro de 2002, quando Elias Pereira da Silva, conhecido como Elias Maluco, foi encurralado na favela da Grota no Rio de Janeiro e preso pelos policiais.

O professor brasileiro Rosental Calmon Alves, diretor do *Knight Center for Journalism in the Americas*, da Universidade do Texas, nos EUA, afirma que:

“o Brasil tem sido muito tímido em reagir à morte de outros jornalistas nos últimos anos. A situação chega a ser embaraçosa, porque às vezes parece haver mais reações no exterior (onde há organizações muito ativas dedicadas a denúncias de abusos contra a imprensa) do que no país.” (ALVES, *apud*, RAMOS, 2007, p.100)

Alves também falou sobre como a imprensa americana reagiu quando, em 1996, o jornalista Don Bolles foi assassinado com uma bomba no estado do Arizona. Quarenta repórteres cedidos de vários jornais foram para a cidade de Phoenix e por três meses continuaram as investigações de crime e corrupção que estavam sendo feitas por Bolles e motivaram seu assassinato. Foi o chamado Projeto Arizona, o que resultou em 23 matérias publicadas em todo o país, que não permitiram que o crime intimidasse a imprensa ou banalizasse crimes contra jornalistas.

Em 2006, o jornalista Guilherme Portanova e o auxiliar técnico Alexandre Calado, da Rede Globo, foram seqüestrados por integrantes do PCC em uma padaria, localizada em frente à sede emissora em São Paulo. O técnico foi libertado no mesmo dia, levando um vídeo feito pelos próprios integrantes do PCC, no qual eles faziam queixas e reivindicações sobre o sistema carcerário estadual. O vídeo deveria ser exibido naquela mesma noite. A emissora consultou entidades jornalísticas e resolveu cumprir as exigências dos seqüestradores. Portanova só foi libertado após uma nova transmissão do vídeo no dia seguinte no programa *Fantástico*.

Segundo a literatura pesquisada, muitos veículos estão adquirindo equipamentos de segurança, porém, alguns jornalistas acreditam que, ao usar coletes a prova de balas, podem vir a serem confundidos com policiais ou provocar na comunidade um sentimento de diferenciação entre o jornalista e o cidadão comum.

Muitos jornalistas recebem ameaças por meio de telefonemas, cartas e recados, geralmente motivadas por denúncias contra máfias e grupos policiais. Quando envolvem policiais, o perigo é ainda maior.

Eles são organizados e têm o respaldo institucional. Eles mesmos dizem que grampeiam nossos telefones. Sabemos que escutam o que falamos, diz um repórter. Um traficante raramente sai da sua comunidade. Já o policial liga pessoalmente pra sua casa. Essa é a diferença, explica Elenilce Bottari, de *O Globo*. (RAMOS, 2007, p.102)

A maior parte dos veículos de comunicação não possui procedimentos claros sobre como agir em situações de risco ou em caso de ameaças, e poucos são aqueles que contam com o apoio de seguranças e psicólogos para os profissionais que passam por essa situação. O comum é oferecer hospedagem em um hotel e pagar uma licença remunerada até que as ameaças parem. Os jornais também oferecem o serviço de advogados e solicitam proteção policial e investigação do caso. Ainda assim, existem jornalistas que preferem ignorar as mensagens ou mesmo responder às ameaças:

Isso pra mim é tão comum, que eu brinco no telefone. Os caras ligam e dizem: 'Eu vou te pegar, te matar'. Respondo: "meu irmão, pega a senha" diz o jornalista capixaba Nuno Moraes.

O Projeto Calandra, um programa de aperfeiçoamento da redação do Globo, gerou um relatório em 2005 no qual afirma que os jornalistas enfrentam dificuldades de diálogo quando o tema é a segurança profissional. "Embora sejam de empresas de comunicação, editores citam regras que seus repórteres desconhecem." (RAMOS,2007,p.104)

Em 2006, dois cursos de treinamento de jornalismo em áreas de conflito foram realizados no Rio de Janeiro e em São Paulo. O critério básico para cobrir

conflitos ou áreas perigosas é dar ao repórter liberdade para escolher como ele vai fazer sua apuração. Ninguém deve ser obrigado a entrar na favela junto com a polícia, no meio do fogo-cruzado. O repórter deve avaliar se tem condições de segurança para fazer a notícia.

Em entrevista para o livro *Mídia e Violência*, o editor-adjunto no Rio de Janeiro de *O Globo*, Jorge Antônio Barros, afirma que antigamente as redações pressionavam os jornalistas a enfrentar circunstâncias de risco. Hoje, se o repórter disser que não existem condições de fazer a matéria, a maioria das redações leva em consideração a avaliação do repórter.

Outro fator que pode influenciar a decisão do jornalista é a concorrência. Se o concorrente se expõe ao risco, outros jornalistas tendem a fazer o mesmo, em busca da mesma notícia. No entanto, as orientações aos repórteres mudaram dentro das redações.

Dílson Pimentel, do paraense *O Liberal*, diz que “o jornal deveria deixar claro que, entre fazer uma matéria importante e colocar em risco a vida, o certo é deixar de fazer a matéria. Mas isso não é dito com todas as palavras. Então, cabe a nós, que estamos nas ruas, ter esse cuidado”. (RAMOS, 2007, p.106)

As autoras voltam a enfatizar o aumento da violência no país e a necessidade de uma cobertura intensa e atuante. Para que a cobertura seja de qualidade, o profissional deve se sentir amparado psicologicamente e também fisicamente, fazendo uso dos equipamentos adequados para sua segurança. O fundamental é a existência de regras e padrões de comportamento a serem conhecidos e seguidos pelos jornalistas.

A busca pelo exercício da profissão de jornalista passa pela revisão dos critérios tradicionalmente associados à profissão. Em situações de tensão, a colaboração entre profissionais de vários veículos deve substituir a competição. A reportagem investigativa ou analítica se torna mais importante quando é impossível obter, com segurança, o relato de um fato em primeira mão (...) a capacidade do profissional de formar fontes torna-se fundamental para obter informações exclusivas, que serão o diferencial entre veículos.” (RAMOS, 2007, p.109)

3. MÉTODO

Para avaliar a cobertura jornalística do caso Hildebrando Pascoal, foi realizado um estudo do tipo Análise de Conteúdo (AC) a partir de matérias do jornal *Correio Braziliense*. O período considerado na análise compreende os meses de junho a dezembro de 1999.

A análise de conteúdo se baseia em codificar dados já transcritos (neste caso, reportagens) para se avaliar um conceito social e como ele é influenciado pela mídia.

A maioria das pesquisas sociais é baseada em entrevistas. É costume dos pesquisadores sociais subestimar materiais textuais como notícias de jornais, como se estas representassem meros dados. Entretanto, como aponta o livro “Pesquisa Qualitativa com Texto, Imagem e Som” de Martin W. Bauer e George Gaskell percebe-se um aumento desse tipo de pesquisa baseada na AC. Isto acontece pela facilidade em conseguir os dados por meio da Internet e do auxílio do computador, como instrumento para codificar as pesquisas sociais.

A Análise de Conteúdo é apenas um método de análise de texto desenvolvido dentro das pesquisas sociais empíricas. Embora as maiores partes das análises clássicas de conteúdo culminem em descrições numéricas de algumas características do corpus do texto, considerável atenção está sendo dada aos “tipos”, “qualidades”, e “distinções” no texto, antes que qualquer quantificação seja feita. Deste modo, a análise de texto faz uma ponte entre um formalismo estatístico e a análise qualitativa dos materiais. No divisor quantidade/qualidade das ciências sociais, a AC é uma técnica híbrida que pode mediar esta improdutiva discussão sobre virtudes e métodos (BAUER, 2002,P.190)

Os autores afirmam que no final do século XIX, a AC demonstrou a decadência moral da recém-emergente imprensa amarela. Max Weber, na Alemanha imaginou uma sociedade engajada na análise de jornais. Tempos depois, várias comissões reais sobre a imprensa da Inglaterra continuam realizando análises comparativas das matérias publicadas. Durante guerras, as análises do conteúdo das propagandas inimigas servem de informação e ajudam aos interesses comerciais em sua versão civil de monitoramento das corporações de mídia.

Análise de Conteúdo é uma técnica para produzir inferências de um texto focal para seu contexto social de maneira objetivada. Esse contexto pode ser temporariamente ou, inicialmente, inacessível ao pesquisador. A AC é muitas vezes o tratamento estatístico das unidades do texto. A maneira objetivada faz referência aos procedimentos sistemáticos e ao método. A codificação irreversível de um texto o transforma criando uma nova informação desse texto. O texto original uma vez codificado não pode ser reconstruído. A irreversibilidade é o custo de uma nova

informação. A validade da AC deve ser fundamentada em um projeto de pesquisa. BAUER, 2002,P.191)

Poderiam ter sido utilizadas outras ferramentas de pesquisa como, por exemplo, entrevistas com os envolvidos direta ou indiretamente no caso. No entanto, dado às condições operacionais e logísticas deste trabalho, a técnica utilizada foi a da Análise de Conteúdo visando codificar as matérias do jornal Correio Braziliense sobre o caso Hildebrando Pascoal. Este veículo foi escolhido por apresentar uma abordagem ampla do caso por meio de várias matérias oriundas das agências de notícias, além de ser um espaço de comunicação que permite facilidade no acesso às informações para a pesquisa.

A partir dos dados levantados, foi possível utilizar a AC para traçar um caminho entre a leitura singular verídica e o chamado “vale tudo”, que significa nova reflexão sobre as reportagens analisadas. Essa técnica é uma categoria de procedimento explícito de análise textual para fins de pesquisa social.

Através da reconstrução de representações, os analistas de conteúdo interferem a expressão dos contextos, e o apelo através desses contextos. Se enfocarmos a fonte, o texto é um meio de expressão. Fonte e público são o contexto e o foco de interferência. Um corpus de texto é representação e a expressão de uma comunidade que escreve. Sob esta luz, o resultado de uma AC é a variável dependente, a coisa a ser explicada. (BAUER, 2002, P.192)

Com base na técnica utilizada neste trabalho, é possível verificar como o jornal Correio Braziliense noticiou (ou em alguns casos retransmitiu, como nas matérias de agência de notícia) a cassação do Deputado Hildebrando Pascoal e a sua prisão.

Neste estudo, foram avaliados os termos utilizados pelo jornal para noticiar o fato, a partir da quebra de decoro do parlamentar pela Corregedoria da Câmara dos Deputados durante o depoimento prestado pelo Deputado à CPI do Narcotráfico, até o dia em que o mesmo se apresentou à Polícia Federal, atendendo mandado de prisão preventiva.

Tanto a expressão quanto a impressão sobre os dados analisados, são conseguidas apenas por agregação e probabilisticamente. A AC é usada para construir índices. Um índice é um sinal que é casualmente relacionado a outro fenômeno, como por exemplo, mudanças no vocabulário de colunas como os “obituários” num período de 100 anos são índices de valores da sociedade. A consideração de um conteúdo e a sua intensidade pode definir um índice. Com

esses recursos o trabalho pode agrupar de todas as matérias veiculadas sobre a CPI do Narcotráfico apenas aquelas que envolvem o caso Hildebrando Pascoal.

As pessoas usam a linguagem para representar o mundo como conhecimento e autoconhecimento. Para reconstruir esse conhecimento, a AC pode necessitar ir além da classificação das unidades do texto, e orientar-se na direção de construção de redes de unidades de análise para representar o conhecimento não apenas por elementos, mas também em suas relações. (BAUER, 2002, p.194)

De acordo com Martin W. Bauer e George Gaskell, uma boa pesquisa embasada na Análise de Conteúdo utiliza os textos fidedignos aos originais. Para atender a estas expectativas, o trabalho recuperou as notícias sobre o caso Hildebrando Pascoal diretamente da página do jornal Correio Braziliense na Internet, disponibilizadas na área de assinante.

Poder-se-ia recuperar estes jornais de outra forma, no próprio Centro de Documentação do Correio Braziliense (CEDOC). No entanto, optou-se pelo instrumento da Internet que possui a mesma segurança na informação e é mais acessível e prático para a pesquisa.

Para executar este trabalho foram selecionados os exemplares do Jornal referentes aos últimos seis meses do ano de 1999. Ao todo, foram pesquisadas 207 edições do Correio Braziliense, das quais 110 mencionaram o tema da CPI do Narcotráfico e 49 reportaram o caso do Deputado Hildebrando Pascoal. Foram analisadas 39 notícias entre editoriais e repercussões.

As reportagens específicas sobre o caso em análise foram codificadas em tabelas que dividem o caso em três fases: quebra de decoro parlamentar; cassação e prisão pela Polícia Federal.

3.1. DELIMITAÇÃO DO OBJETO

O que motivou a elaboração desta pesquisa, a partir de um fato ocorrido a quase uma década, foram com os reflexos que o mesmo tem sobre a atual conjuntura. Isto porque, o objeto analisado - o crime organizado e o narcotráfico - é assunto que permanece no cotidiano, mesmo que não esteja mais no âmbito do Parlamento brasileiro como tema de uma CPI. Esse objeto é diariamente repercutido pela mídia, mesmo quando concorre com outras notícias relevantes no cenário nacional ou internacional.

O crime organizado é interessante como tema de pesquisa porque afeta cada vez mais a sociedade. Analisar a cobertura dada pela mídia a uma CPI que tratou deste assunto é desafiador, porque busca compreender a influência que a imprensa pode ter exercido sobre um dos poderes constituídos da nação, o Poder Legislativo. É importante destacar que o Congresso Nacional é um dos ambientes públicos mais susceptíveis aos impactos produzidos pela atuação da mídia e à interpretação que ela dá aos fatos.

Analisar a cobertura de uma CPI que já teve seus trabalhos concluídos permite pesquisar um acontecimento já consolidado, sem desdobramentos inesperados que poderiam advir de uma CPI ainda em andamento.

No entanto, mesmo tratando-se de um fato consumado, a CPI do Narcotráfico produziu um quantitativo significativo de matérias divulgadas pela imprensa. Por isso, o corpus de matérias foi limitado ao processo de cassação parlamentar e prisão de Hildebrando Pascoal.

Hildebrando era um policial militar de carreira que foi eleito deputado federal pelo estado do Acre e considerado no processo como o chefe de um grupo de extermínio com ramificações em diversos estados.

4 ANÁLISES

A análise deste trabalho foi dividida em três partes. A primeira parte trata das denúncias sobre o envolvimento do parlamentar Hildebrando Pascoal com grupos de extermínio no Acre e a quebra de decoro do deputado durante um depoimento na CPI do Narcotráfico.

A segunda parte trata das cassação do deputado. Os momentos finais de Hildebrando no Congresso e como seu partido o então Partido da Frente Liberal (PFL), atualmente Democratas (DEM), posicionou-se durante o caso.

Por último esta pesquisa analisou a cobertura feita pela mídia para conseguir uma entrevista com o parlamentar antes dele se entregar para a Polícia Federal.

4.1. QUEBRA DE DECORO

A primeira matéria sobre o caso foi noticiada no dia 06/06/1999. Esta notícia divulga as denúncias sobre o envolvimento do parlamentar com grupos de extermínio. Um fato que não era novo, já que desde 1996 existiam queixas na justiça do Acre, mas Hildebrando Pascoal fora absolvido nesta instância.

Bilhete compromete deputado do Acre – Correio Braziliense 06/06/1999⁴

Ele tem menos de seis meses como deputado federal. E está numa situação mais que constrangedora perante os colegas de Congresso, especialmente depois que a Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) do Narcotráfico decidiu investigar a sua vida e passou a encontrar indícios que podem vincular o seu nome a crimes tão graves quanto envolvimento com o esquadrão da morte no Acre. A CPI, o Ministério Público e a Polícia Federal encontraram elementos e novas testemunhas que, segundo procuradores e deputados, envolvem o nome do deputado Hildebrando Pascoal (PFL-AC) com traficantes.

Um dos documentos, apresentado à CPI como um dos mais contundentes, é um bilhete escrito de próprio punho pelo deputado, em papel timbrado do comando geral da Polícia Militar do Acre: “Irmãos da PM/AC, Facilitem a passagem do sr. Fermiro dos Santos Lira”. Ten. cel. Hildebrando.

A notícia de Denise Rothemburg (acima transcrita) explicava que Hildebrando era um parlamentar recém-chegado ao Congresso Nacional e as denúncias sobre

⁴ A matéria na íntegra pode ser consultada no espaço de anexos como Anexo A

seu envolvimento com grupos de extermínio eram datadas de 1996. A matéria ocupou a parte de destaque tornando-se um assunto importante da editoria de Brasil.

O caso da cassação de Hildebrando Pascoal foi noticiado na editoria de Brasil do jornal. Não se sabe ao certo o porque desta escolha, já que o assunto de Hildebrando poderia ser colocado na editoria de política.

No entanto, podemos observar que esta pauta também retratava um caso de polícia e os casos policiais que o *Correio Braziliense* cobre fora de Brasília são noticiados no caderno de Brasil, justificando o porque do caso ser publicado nas páginas de Brasil.

Assim que o assunto foi noticiado no *Correio Braziliense* na edição de domingo, na quarta-feira o mesmo jornal deu em forma de curta, a notícia de que o Supremo Tribunal Federal (STF) também estaria pressionando a Câmara para investigar Pascoal. O jornal alimentou o caso de Hildebrando 16 vezes através de notas curtas. Este recurso foi usado para manter o assunto em pauta no veículo, independentemente do tempo que transcorreu até o deputado ser cassado.

Após o depoimento do “ex-cabo eleitoral de Pascoal”, José Roberto da Silva Lima, na CPI do Narcotráfico⁵, as provas do envolvimento de Pascoal com os grupos de extermínio e o narcotráfico ficaram mais claras. O relator da CPI, deputado Moroni Torgan (PSDB/CE), disse à imprensa que não tinha dúvidas de que Pascoal chefiava o bando criminoso no Acre e em outros estados.

Hildebrando Pascoal foi chamado para depor na Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJC). Desde o depoimento de José Roberto da Silva até o dia 10 de agosto de 1999, toda a cobertura do jornal sobre o caso foi feita com base nas informações de grandes agências paulistas, como a Agência Folha e Agência Estado.

Severino Cavalcanti (PPB/CE), na época corregedor da Câmara, pediu a cassação de Pascoal por quebra de decoro parlamentar. De acordo com o deputado, o depoimento de Pascoal na CCJC foi agressivo aos outros colegas. “*Não se pode*

⁵ A matéria na íntegra pode ser consultada no espaço de anexos como Anexo B

aceitar que um parlamentar venha a uma comissão desrespeitar a Casa, dizendo que aqui é um conglomerado de bandidos”, justificou Severino⁶.

Após essa notícia a cobertura do Correio se intensificou. Na quarta-feira (10 de agosto) uma foto com Hildebrando Pascoal chorando na frente de Severino Cavalcanti intensifica a pressão da mídia para a cassação de Pascoal. Especulações sobre o dia em que Pascoal seria julgado começam a surgir. Isso pode ser observado na matéria dada pelo jornal na quinta-feira. O repórter Solano Nascimento faz uma análise de toda a tramitação das acusações que circulam no Congresso Nacional e faz uma previsão de quando este assunto será resolvido. Por meio da formalização da quebra de decoro e do pedido de cassação no plenário da Câmara. Esta narrativa esta esquematizada na tabela abaixo.

4.1.1. Tabela 1

Nº	Data	Espaço	Assinatura	Manchete
01	06/06/1999	Meia página	Denise Rothenburg	Bilhete compromete deputado do Acre
02	09/06/1999	Curta	Sem assinatura	STF insiste em processar deputado
03	30/06/1999	Curta	Agência Estado	Para relator deputado é traficante
04	10/08/1999	Chamada na Capa	-----	Corregedor da Câmara vai pedir a cassação do deputado Hildebrando Pascoal
05	10/08/1999	Curta	Agência Folha e Agência Estado	Corregedor pede cassação de mandato de Hildebrando
06	11/08/1999	Curta	Agência Folha	Hildebrando perto da cassação

4.2. CASSAÇÃO DO PARLAMENTAR

Mandato de deputado por um fio Correio Braziliense 12/08/1999⁷

O corregedor-geral da Câmara, Severino Cavalcanti (PPB-PE), apresentou à mesa diretora da Casa um relatório pedindo a cassação do mandato do deputado Hildebrando Pascoal (PFL-AC) por falta de decoro parlamentar e não pelos crimes de que é acusado no Acre. Depois de ouvir a leitura do relatório, o presidente da Câmara, Michel Temer (PMDB-SP), admitiu que a cassação deverá ser aprovada. “Tudo indica que sim”, afirmou.

A notícia da instauração do processo de cassação de Hildebrando Pascoal, voltou a ganhar destaque no *Correio Braziliense* depois do recesso parlamentar.

⁶ A matéria na íntegra pode ser consultada no espaço de anexos como Anexo C

⁷ A matéria na íntegra pode ser consultada no espaço de anexos como Anexo D

Com direito à memória do caso e uma sub-retranca sobre a CPI do Narcotráfico. Além desta notícia o jornal repercute a denúncia sábado⁸ com o partido do deputado, na época o PFL, para entender como será feita a defesa.

Outras provas contra o parlamentar acreano aparecem na mídia na quinta-feira (19/08/1999), em depoimento na CPI do Narcotráfico, o coronel Alberto Camelo de Oliveira confirma as acusações de que Pascoal assinava bilhetes pedindo a libertação de traficantes no seu estado.

O arcebispo de Roraima, Moacyr Grechi, também depõe na CPI do Narcotráfico (25/08/1999) e alega que o parlamentar, Hildebrando Pascoal, havia protegido os assassinos de Chico Mendes, piorando a situação do parlamentar e contribuindo para que ele perdesse o mandato no Pelnário da Câmara.

Com tantas evidências incriminando Hildebrando Pascoal ainda no mês de agosto (27) o senador Romeu Tuma (SP) recomendou a expulsão do parlamentar do PFL.

Pedidos de prisão e outras acusações ainda são noticiadas até o dia 15 de setembro de 1999. Hildebrando Pascoal é cassado na CCJC por 32 votos favoráveis, cinco contrários e quatro abstenções. Abaixo segue a lista de matérias pesquisadas.

4.2.1. Tabela 2

Nº	Data	Espaço	Assinatura	Manchete
01	12/08/1999	Meia página	Solano Nascimento	Mandato do deputado por um fio
02	13/08/1999	¼ de pág.	Solano Nascimento	Pascoal Perto da cassação
03	14/08/1999	Curta	Agência Folha	Colegas tentam salvar Hildebrando
04	19/08/1999	Curta	Agência Estado	Novas provas contra Pascoal
05	25/08/1999	¼ de pág.	Agência Estado	Deputado Facilitou fuga de assassinos
06	27/08/1999	¼ de pág.	Agência Estado	PFL decide expulsar Hildebrando
07	13/09/1999	Curta	Sem assinatura	CPI poderá pedir prisão de Pascoal
08	14/09/1999	Curta	Sem assinatura	Juiz acusa Hildebrando
09	16/09/1999	Curta	Sem assinatura	Hildebrando é cassado na CCJ

⁸ A matéria na íntegra pode ser consultada no espaço de anexos como Anexo E

4.3. PRISÃO NA POLÍCIA FEDERAL

CPI pede prisão de 28 suspeitos – Correio Braziliense 20/09/1999

A CPI do Narcotráfico na Câmara vai entregar hoje ao subprocurador dos direitos do cidadão, Wagner Gonçalves, pedido de prisão temporária de 28 suspeitos de ligação com o tráfico internacional de drogas no Acre, que pertencem ao grupo supostamente chefiado pelo deputado Hildebrando Pascoal.

A CPI pretende pedir a prisão de Pascoal, após a possível cassação do deputado. A lista de pedidos de prisão foi feita com base nos depoimentos que a CPI fez no Acre, no início deste mês.

Após a cassação do deputado, os parlamentares da CPI do Narcotráfico articulam a prisão do deputado com o Ministério Público e a Polícia Federal. O acontecimento é acompanhado pela mídia, mas ganha expressão quando o ex-parlamentar se nega a falar com a mídia. Até o final do mês de setembro, os jornalistas perseguem Hildebrando Pascoal na busca por uma entrevista “*Eu não quero conversar com vocês (imprensa), minha conversa é com o Poder Judiciário. Vocês passaram nove meses me batendo*”, disse Pascoal⁹. A fuga de Hildebrando da imprensa ainda rendeu especulações de que ele estaria “escondido” no apartamento de uma candidata à deputada distrital. Um pouco antes desta declaração, 23/09/1999, o caso do parlamentar ganha a capa do jornal Correio Braziliense e a primeira página do caderno Brasil.

O suplente do parlamentar, José Aleksandro, vulgo “José Alex”, recebe quatro acusações logo ao assumir o cargo que fora de Hildebrando, 24/09/1999, e também começa a ser investigado. O Correio Braziliense dedica três editoriais sobre o caso Hildebrando¹⁰. Em um deles foi criado o termo “Cartel do Acre”. Este nome simbolizava todo o esquema implantado por Hildebrando Pascoal e seus companheiros de crime. Cerca de 30 pessoas foram indiciadas e, além dos grupos de extermínios, foram investigadas vendas ilegais de armas e tráfico de drogas.

A ação da CPI do Narcotráfico é avaliada como a moralização da Câmara e neste momento a CPI é considerada pela mídia como a “defensora da ética” no Congresso Nacional. Foi noticiado que, em toda sua história, a Câmara cassou apenas 16 parlamentares. Quando a mídia passa a dar destaques a uma atividade parlamentar, essa também passa a trabalhar em favor da mídia. Informando novos

⁹ A matéria na íntegra e as aspas citadas podem ser consultadas no espaço de anexos como Anexo F

furos e situações inusitadas, dando conteúdo para a elaboração de reportagens de página inteira.

No dia 24 de setembro ¹¹, Hildebrando Pascoal se apresenta à Polícia Federal. A notícia vem estampada nos jornais dizendo que o parlamentar, mesmo depois de cassado, tinha cela especial.

Em outubro, as matérias sobre o caso mudam de enfoque. No dia 17 de outubro, Luiz Gustavo Rabelo escreve “O triste fim do coronel-deputado”¹². A matéria mostra Pascoal como um homem infeliz. Esta notícia, em um caderno de domingo, no começo da página, indica como a imprensa cria suas técnicas de defesa. Após a reclamação do parlamentar, em setembro, de que a mídia seria seu pior algoz, os jornais passaram a acompanhar o caso com mais proximidade.

Podemos confirmar isso com as próprias matérias do *Correio Braziliense*. Depois que a cassação é noticiada, o jornal deixa de utilizar matérias em agências de notícia e começa a mandar repórteres da casa para cobrir o fato. Anamaria Rossi escreve a matéria “Quando a violência veste farda” publicada no dia 24 de outubro¹³. A jornalista analisa as atrocidades cometidas por policiais que se associam ao crime organizado.

No mês de novembro, o *Correio* consagra a CPI do Narcotráfico como berço da moralização da Câmara. Poucas Comissões Parlamentares de Inquérito tiveram este tipo de reconhecimento. A matéria que foi capa no caderno de Brasil no dia 4 de novembro 1999 foi assinada por João Pitella Jr. Um dos destaques da notícia é retrada em um box com os dizeres: “As estrelas da CPI”¹⁴ com as fotos de Moroni Torgan e Magno Malta, como se eles fossem as estrelas da seleção brasileira.

A exposição dada à CPI do Narcotráfico não poderia ser aproveitada apenas pelo Poder Legislativo. Dessa forma, o governo do então presidente Fernando

¹⁰ Os editoriais podem ser consultados no Anexo G

¹¹ A matéria na íntegra pode ser consultada no espaço de anexos como Anexo H

¹² A matéria na íntegra pode ser consultada no espaço de anexos como Anexo I

¹³ A matéria na íntegra pode ser consultada no espaço de anexos como Anexo J

¹⁴ A matéria na íntegra pode ser consultada no espaço de anexos como Anexo L

Henrique Cardoso cria um grupo especial para ajudar os trabalhos da CPI¹⁵ dando à Comissão Parlamentar de Inquérito um status, antes não pensado.

Nos últimos meses escolhidos para nossa análise (novembro e dezembro), as notícias sobre Hildebrando Pascoal ganham menor destaque, ocorrendo apenas um monitoramento de como anda seu processo na Justiça. Membros de seu grupo de extermínio ainda são ouvidos pela CPI do Narcotráfico.

Podemos afirmar que o caso Hildebrando Pascoal teve seu momento de maior destaque nos mês de setembro, quando o parlamentar é cassado no Congresso Nacional e logo após ele se entrega à Polícia Federal. Logo após sua prisão, as matérias escritas sobre Hildebrando Pascoal refletem a análise sobre o caso. Apenas três notícias podem ser consideradas factuais¹⁶. A descrição das matérias e dos editoriais seguem abaixo:

4.3.1. Tabela 3

Nº	Data	Espaço	Assinatura	Manchete
01	20/09/1999	Curta	Sem assinatura	CPI pede prisão de 28 suspeitos
02	21/09/1999	Curta	Sem assinatura	Pascoal pode pegar 300 anos
03	22/09/1999	¾ de pág.	Agência Folha e Agência Estado	Pascoal pode ser preso hoje
04	23/09/1999	Editorial	-----	O Cartel do Acre
05	23/09/1999	Capa do Jornal	-----	Câmara vai investigar suplente de Hildebrando
06	23/09/1999	Capa do caderno Brasil	Lydia Medeiros	Caçado
07	23/09/1999	¼ de pág.	Solano Nascimento e Leonardo Cavalcanti	Deputado se esconde em apartamento de tucana
08	24/09/1999	Chamada na Capa	-----	Preso: Sem proteção do mandado parlamentar, Hildebrando Pascoal se entrega à Polícia Federal e é transferido para o 3º Batalhão da Polícia Militar.
09	24/09/1999	Editorial	-----	Moralização
10	24/09/1999	¼ de pág	Solano Nascimento e Leonardo Cavalcanti	Pascoal tem sela especial na PM
11	25/09/1999	Meia página	Denise Rothenburg	Hildebrando acusado de usar Laranja
12	26/09/1999	Editorial	-----	Defesa da política
13	26/09/1999	¼ de pág	Da redação	Outros 30 policiais serão presos
14	17/10/1999	Pág. Inteira	Luiz Gustavo Rabelo	O triste fim do coronel-deputado
				Telefonemas podem ligar Pascoal com PM

¹⁵ A matéria sobre o grupo de trabalho criado por FHC noticiada no dia 10/11/1999, não foi citada no índice e nem nos anexos, visto que ela se trata de um desdobramento da CPI do Narcotráfico e não do caso Hildebrando Pascoal. O trecho citado da notícia é usado apenas para contextualizar a importância da CPI.

¹⁶ Os itens 19, 20 e 21 da tabela 3 no item 4.3.1

15	19/10/1999	Curta	Agência Estado	Telefonemas podem ligar Pascoal com PM do Piauí
16	24/10/1999	Pág. Inteira	Anamaira Rossi	Quando a violência veste farda
17	04/11/1999	Capa do caderno Brasil	João Pitella Jr.	A CPI que funciona
18	11/11/1999	Pág. Inteira	Da redação	O horror, o horror
19	17/11/1999	Meia página	Agência Estado	Cocaína entra no país pelo Acre
20	18/12/1999	¼ de pág	Agência Folha	Entidades temem fuga e pressão a testemunhas
21	19/12/1999	¼ de pág	Sem assinatura	Hildebrando fica no Acre até a próxima terça-feira

5. CONCLUSÃO

Pode-se concluir que existe uma sincronia entre a mídia e atuação dos parlamentares da CPI. Entretanto, o jornal intensificou a sua cobertura quando o parlamentar acreano decidiu não conversar mais com os jornalistas no mês de setembro. Neste mês o deputado foi cassado e preso. Dessa forma, ele mesmo criou um “motivo” para que a mídia o perseguisse, enquanto não se entregava para as autoridades.

A imprensa acompanhou o caso a partir das informações veiculadas pelo o Congresso Nacional e o Ministério Público Federal. Desta forma não podemos considerar que a cobertura da imprensa foi sensacionalista. Ela apenas seguiu a atuação dos parlamentares.

Sobre a atuação dos parlamentares, realmente percebe-se nas falas dos mesmos o uso da imprensa para a promoção da CPI do Narcotráfico. Podemos notar na matéria “A CPI que funciona” que este objetivo foi atingido.

Outro aspecto interessante foi a análise de como os parlamentares reagiram à cassação do deputado. Apenas uma matéria foi divulgada no Correio Braziliense sobre a tentativa de inocentar o deputado na Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania. No momento em que o PFL decide expulsar o deputado do partido, o jornal considerou como certa sua incriminação.

Em vários episódios do Congresso como o Mensalão¹⁷, os parlamentares são corporativistas e defendem seus iguais. Mas a mídia exerceu um papel tão incisivo nas divulgação das denúncias sobre Hildebrando Pascoal que nem os parlamentares do partido fizeram questão de defender o deputado.

¹⁷ O escândalo do Mensalão foi a primeira crise do Governo Lula. Foram indicados 40 pessoas que integravam o governo e o Congresso. Na Câmara três parlamentares foram absolvidos no plenário.

6. REFERÊNCIAS

BARCELOS, Caco. **Abusado**: O dono do morro dona Marta. Rio de Janeiro: Record, 2003.

BAUER, Martin. **Pesquisa Qualitativa com Imagem, Texto e Som**: Um Manual Prático. Petrópolis: Vozes, 2004, 3ed.

RAMOS, Silvia; PAIVA, Anabela. **Mídia e Violência**: tendências na cobertura de criminalidade e segurança do Brasil. Rio de Janeiro: UPERJ, 2007.

7. ANEXOS

Anexo A – Correio Braziliense 06/06/1999

COMBO BAZILIBENSE

BRASIL

Brasília, domingo, 6 de junho de 1999 13

Bilhete compromete deputado do Acre

Hildebrando Pascoal (PFL-AC), acusado de envolvimento no esquadrão da morte, deu salvo-conduto para traficante procurado

Danilo Rothberg
Do serviço de Correio

Ele tem menos de seis meses como deputado federal. E está numa situação mais que constrangedora perante os colegas de Congresso, especialmente depois que o Conselho Parlamentar de Inquérito (CPI) do Narcotráfico decidiu investigar a sua vida e passou a encontrar indícios que podem vincular o seu nome a crimes tão graves quanto envolvimento com o esquadrão da morte no Acre.

A CPI, o Ministério Público e a Polícia Federal encaram agora o deputado como um dos principais suspeitos nas denúncias de envolvimento com o tráfico de drogas. Segundo o nome do deputado Hildebrando Pascoal (PFL-AC) com traficantes. Um dos documentos, apreendido à CPI como um dos mais importantes, é um bilhete escrito de próprio punho pelo deputado, em papel timbrado do comando geral da Polícia Militar do Acre, "Rômulo da PM/AC. Facilitem a passagem do sr. Fernando dos Santos Lima, Ten. col. Hildebrando".

O bilhete é de dia 6 de junho de 1994, segundo informações de procuradores e policiais federais, seria apenas um inocente bilhete se não se tratasse de uma ordem expressa do tenente coronel comandante e se o sr. Fernando, naquela época com 20 anos, não fosse traficante de drogas com vários antecedentes criminais, inclusive homicídio cometido em 1982.

O bilhete foi descoberto pela Polícia Federal três anos depois de escrito, em agosto de 1997, na casa de Fernando. Lá havia ainda uma arma de fogo, uma escopeta, um revólver e uma 22 relógio. "No mundo em que a gente vive, quem fala morte", respondeu Fernando aos policiais que o viraram o seu depoimento naquela época.

Com uma nova ordem institucional no Acre, novo governo e novo chefe do Ministério da Justiça, o caso começou a ser investigado a fundo em 1999, especialmente depois da repercussão de caso do esquadrão da morte. Na Minicosta no Brasil nos jornais, nas TVs e revistas de todo o país. O delegado da PF no Acre, Ismael Ferreira Leite, apontou na corporação como de tipo que não devia um crime sem investigação, começou a rematar em tudo o que o estado do Acre tinha e conseguiu.

Não foi depoimento prestado em 30 de maio de 1999. Fernando deu duas versões para o bilhete potiguar, disse que havia conseguido "por sua amizade" com o deputado. Depois, informou que tinha conseguido o "passo livre" nas barreiras policiais portuárias do soldado da PM do Acre, Salomão de Lima, que já foi opança de Hildebrando e também estava preso por diversos crimes desde o ano passado.

Enfim, prestou depoimento no dia 14 de junho e informou à polícia que Hildebrando sempre fomenta esses países e quem polia e matava "investiga a fundo" que problema tinha a pessoa que seria beneficiada com o documento. Outras testemunhas da polícia confirmaram ainda que Hildebrando controlava a grande maioria de Rio Branco e deixava sair matadores e traficantes para executar seus crimes.

A polícia também está de olho no delegado da Polícia Civil Carlos Alberto —que já esteve preso por acusação de envolvimento no esquadrão da morte. Berman disse ao jornalista de Direitos Humanos do Ministério da Justiça "que eu matei dele aqui no Acre concluir um inquérito que apura crime praticado por políticos, devido ao interesse de políticos e integrantes políticos". Ele era o chefe de polícia que, segundo a Procuradoria, o deputado tinha na própria



Pascoal: investigado por assassinato e, agora, por ajudar traficante

pedido de licença feito pelo Supremo Tribunal Federal para que ele seja processado pela acusação de ter sequestrado a família de Jorge Hugo, homem acusado de matar seu irmão, Ismael Pascoal. Promete se defender até o fim. No Acre, seus familiares o aguardaram no tem com fúria: "A família está contigo. Temha calma".

NOTA DE FALECIMENTO

José Alves de Brito

A família Plantella se despede saudosa de seu cozinheiro e convida amigos e parentes para o enterro, hoje, às 17 horas, no Cemitério do Gama, Jesus o abençoe.

MEMÓRIA

DENÚNCIAS COMEÇARAM HÁ TRÊS ANOS

As denúncias de envolvimento do deputado Hildebrando Pascoal (PFL-AC) com o esquadrão da morte no Acre vêm desde 1996, quando ele era deputado estadual e lidava na revista da Polícia Militar, como coronel. O caso tomou dimensão nacional com sua eleição para deputado federal em 1998. Desde aquela época ele vinha sendo denunciado pelo presidente do Tribunal de Justiça do estado, Genival da Silva Filho, como responsável por crimes graves. Chegou a sofrer ameaças de morte e vive correndo de segurança.

A partir do relatório do Conselho de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana, cuja cópia foi entregue pelo ministro da Justiça, Renato Calheiros, ao presidente da Câmara, Michel Temer. No documento, Pascoal é acusado de liderar o suposto esquadrão da morte, que realizou inquéritos sobre mortes foram arquivados no estado por falta de provas. Segundo o relatório, a maior parte dos crimes tem características semelhantes e críveis: as vítimas tiveram a cabeça decepada e o corpo esquartejado.

Pascoal tem fama de violento e a própria Polícia Federal tem convicção de que ele é o chefe do esquadrão da morte. Na vigência das eleições, uma equipe foi enviada por segurança do deputado, em Rio Branco, porque o procuraram para entregar uma notificação da Justiça Eleitoral.

A SUA FAMÍLIA MERECE ESSE CONFORTO. VÁRIOS MODELOS DE UMIFICADORES PELOS MELHORES PREÇOS.

CONFIRA TAMBÉM A MAIOR E MAIS VARIADA LINHA DE PRODUTOS PARA A SUA SAÚDE

TYRANTES
SHCS 202 - BLC-Loja 28
Fone: (061) 225-1020

SECOM
6037

Para relator, deputado é traficante

Ex-cabo eleitoral de Pascoal depõe na CPI e também convence procurador, para quem parlamentar está envolvido "até o pescoço"

Da Agência Estado

O ex-fiscal José Roberto da Silva Lima, de 24 anos, que trabalhou dois meses na casa do deputado Hildebrando Pascoal (PTL-AC) como cabo eleitoral, no fim de 1986, disse à Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) do Narcotráfico na Câmara que o parlamentar controlava o tráfico de drogas, o contrabando de armas e o esquadrio da montanha.

Pascoal foi convocado para comparecer à Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) da Câmara para responder às acusações. Os parlamentares da CPI consideraram o testemunho de Lima importante e acusaram a Corregedoria.

Para o relator da CPI, Moroni Turgan (PSDB-CE), o depoimento deixou claro que quem comandava os traficantes é o grupo de Pascoal. O presidente da CPI, Magno Malta (PTB-ES), disse desconhecer que Pascoal pudesse ter recebido ao mandato para ter imunidade parlamentar.

O procurador da República Luiz Francisco de Souza disse não ter

dividido de que o deputado está envolvido "até o pescoço" com o narcotráfico. A CPI pediu segurança à PF para Lima. Os parlamentares querem incluí-lo no programa de proteção a testemunhas.

Lima mostrou marcas de bala e fez a que diz serem suas fotos por pessoas ligadas a Pascoal, depois que vazou informações sobre as ações criminosas do ex-chefe. Ele afirmou que Pascoal trazia armas de Cobiça, na Bolívia. "O deputado telefonava diretamente para a loja de um homem conhecido como Mendez e encomendava as armas."

A testemunha disse ter visto um pequeno carregamento, que incluía uma escopeta, uma metralhadora e dois revólveres calibre 38. Ele deu uma lista com os nomes de traficantes, deputados e autoridades do Acre que frequentavam a casa e a família de Pascoal.

A CPI também recebeu uma cópia de bilhete assinado pelo deputado pedindo à PM a libertação de um traficante. Lima trabalhava na casa de Pascoal recebendo eleitores.

CURTAS

Senado aprova nome de Brindeiro

O Senado aprovou a recondução de Geraldo Brindeiro ao cargo de procurador-geral da República, com 61 votos a 11. A decisão foi encaminhada à Presidência da República para publicação no Diário Oficial da União. Brindeiro assumirá o cargo pela terceira vez. A Constituição não limita o número de mandatos. Enquanto a nomeação não for efetivada, o vice-presidente do Conselho Superior do Ministério Público, Antônio Fernando Barros, responde pelo cargo. Brindeiro teve o nome aprovado mesmo desgastado com as denúncias de um suposto de armar a Aeronáutica em viagens a Fernando de Noronha. (Agência Folha)

703
notite

Ok Residence
NEW VILLAGE

O melhor investimento num residencial com serviços de apart-hotel

GRUPO OK
327.1072 • 328.5200

INSULOFILM
Película de Controle Solar

Não aplique qualquer película nos vidros de seu carro. Exija **INSULOFILM** 10 anos de profissionalismo e qualidade.

SofistiCar
REVENDES EXCLUSIVO

Parcelamos em até 3x sem juros

704 Norte 526-1206
Pistão Sul 352-4828

BANCO DO BRASIL
4330

Anexo C – Correio Braziliense 10/08/1999

CORREIO BRAZILIENSE

BRASIL

Brasília, terça-feira, 10 de agosto de 1999

Procurador tenta investigar Estevão

Ministério Público insiste em derrubar, com recurso no Supremo, liminar que suspendeu inquérito contra o senador

Amaraio Rossi
Despacho do Correo

A Procuradoria Geral da República entrou com recurso no Supremo Tribunal Federal (STF) com recurso contra decisão do ministro Marco Aurélio Mello, que beneficiou o senador Luiz Estevão (PMDB-DF) durante o recesso da Justiça. Em 9 de julho, no exercício da presidência do STF, o ministro concedeu liminar a Estevão anulando o inquérito em que o Ministério Público Federal investigava as relações do Grupo OK com a obra superavitosa do Fórum Trabalhista de São Paulo.

O vice-procurador-geral da República Haroldo Ferraz da Nóbrega respondeu pelo Ministério Público. Encaminhou ao Supremo um agravo regimental contrapondo-se aos argumentos do ministro Marco Aurélio e pedindo a continuidade do inquérito.

O ministro entende que, sob a mira de inquérito civil público, os procuradores paulistas estavam, no fundo, investigando assunto criminal — fraude em licitação. Isso daria ao senador

direito a foro privilegiado — investigação por parte da Procuradoria Geral e julgamento pelo Supremo. Ferraz da Nóbrega, que é procurador-geral em exercício, pensa diferente. Segundo ele, o inquérito visa apurar, "no âmbito civil, fato determinado que teria causado aos cofres públicos federais grandes prejuízos".

RESSARCIMENTO

Os prejuízos foram medidos pelo Tribunal de Contas da União e pela Receita Federal: de R\$ 169 milhões dos R\$ 234 milhões destinados à obra, parcelada desde o ano passado. A Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) do Judiciário já encontrou mais de US\$ 16 milhões (o equivalente, hoje, a cerca de R\$ 28 milhões) em cheques emitidos pela construtora responsável pela obra do Fórum — a Alal — em favor de empresas do senador Luiz Estevão.

Os procuradores esperam poder retomar as investigações. "Não estamos apurando fraude em licitação, mas sim dano ao patrimônio público, com base na lei de improbidade", disse a

procuradora regional da República em São Paulo e uma das responsáveis pelo inquérito, Marta Luiza Duarte. "A ação visa o ressarcimento do dano aos cofres públicos".

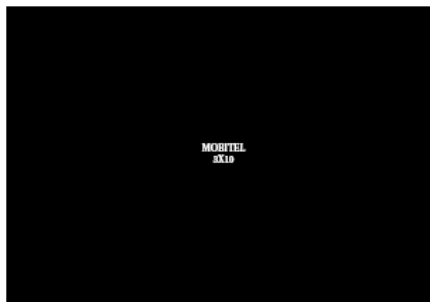
O procurador-geral argumenta que o inquérito jamais poderia se desvirtuar a apurar fraude em licitação, já que o crime, se ocorreu, teria prescrito em 1996. Além disso, se o assunto em questão é da esfera civil, não há como o senador requerer foro privilegiado — o que a Constituição prevê apenas para inquéritos policiais.

Responsável pelas ações de improbidade contra os ex-deputados João Alves, Cid Carvalho, Rômulo Dantas e Genivaldo Corrêa, ambas as empenhas instância, o procurador-geral da República no Distrito Federal, Antônio Carlos Righetta, defende a tese de seu colega de São Paulo. "O respaldo está na Constituição. Ela não diz que ação de improbidade é penal. É cível, uma ação de natureza civil".

Segundo Righetta, os ex-parlamentares envolvidos no escândalo do Orçamento também tentaram obter foro privilegiado. "Agora, não conseguiram nada e as ações continuam tramitando na primeira instância", diz. Se a tese do ministro vingar, dá mata a ação de improbidade em seu conteúdo. Todos os administradores públicos do país em exercício de mandato vão requerer foro privilegiado.



Estevão fora privilegiado que litigou na ação que investiga fraude em licitação para construção do Fórum



MORTEL
XXII

CÂMARA

Corregedor pede cassação de mandato de Hildebrando

Da Agência Folha e Estado

O corregedor da Câmara dos Deputados, Sereno Cavalcanti (PPB-PE), anunciou o item que pedirá a cassação do mandato do deputado Hildebrando Pascoal (PPB-PE) por quebra de decoro parlamentar. "Não se pode aceitar que um parlamentar venha a uma comissão de desrespeito a Casa, dizendo que aqui é um conglomerado de bandidos", disse Cavalcanti. Ele se referia a depoimento à Comissão de Constituição e Justiça (CCJ), na última quinta-feira, em que Hildebrando afirmou que todos os deputados eram iguais a ele.

Hildebrando está sendo investigado pela Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) do Narcotráfico, sob a acusação de chefiar o esquadrão da morte no Acre e participar do narcotráfico, entre outros crimes. Ao depor na CCJ, admitiu que, em busca de votos, deu salvo-conduto a traficantes, contrabandistas e assassinos, usando sua influência como coronel da Polícia Militar e deputado estadual. E justificou afirmando que todos os parlamentares recorrem a expedientes ilegais para se eleger.

"É muito grave que um parlamentar tenha a audácia de fazer uma afirmação dessas. Quem protege bandido é bandido", irritou-se Cavalcanti. O corregedor estava na Argentina, em missão oficial, e só ontem tomou conhecimento das declarações de Hildebrando na CCJ. Ele vai requerer a integral do depoimento, mais os documentos reunidos pela CPI do Narcotráfico, para embasar o pedido de cassação.

Cavalcanti revelou que propôs a cassação de Hildebrando à Mesa da Câmara em 23 de fevereiro, mas que sua proposta foi rejeitada, porque o pedido não era um parágrafo pelo regimento interno da Casa, pois as acusações contra o deputado eram anteriores ao seu mandato, iniciado em fevereiro último. "Essa afirmação dele (na CCJ) muda um pouco a história", disse ontem Cavalcanti, certo de que, desta vez, a Mesa da Câmara irá aceitar o pedido de abertura do processo de cassação de mandato. O corregedor-geral culpou a Justiça pela eleição de Hildebrando. "O STF (Supremo Tribunal Federal) deu as condições para ele disputar as eleições".

0,99%

a.m.*

Pra toda linha

Escort

Restante em 24X

PASSE A MICARÊ DE ESCORT OKM. E CAIA NA FOLIA SEM PRECISAR REBOLAR PARA PAGAR.

FAZENDA DO CAMINHO MELHOR.

SAVIERO

Av. W3 Norte Qd. 502
Vendas: (0xx61) 328-2020
Agência de serviço: (0xx61) 328-4993

SLAVIERO

SJA Trecho 1 • (0xx61) 233-3621
W3 Sul • (0xx61) 443-6600

Financiamento 100% em 24 parcelas. Taxa mínima para operação de crédito: 0,99% a.m. (taxa de juros de 12,57% a.a.). Taxa de cadastro não inclusa: R\$500,00. Veículo em conformidade com Procon. Crédito sujeito a aprovação. Quantidade disponível de acordo com estoque do Distribuidor. *Carro em excelente estado e limitado a 40% do valor do veículo novo.

Anexo D – Correio Braziliense 12/08/1999

BRASILIA, DF

OPERAÇÃO SALVA GOVERNO

Dois dias depois, o chefe de gabinete do governador do Distrito Federal, José Roberto Costa, foi preso em sua residência, acusado de ter participado de uma reunião com membros do PFL e de ter recebido dinheiro para influenciar a eleição de 1998.

Dois dias depois, o chefe de gabinete do governador do Distrito Federal, José Roberto Costa, foi preso em sua residência, acusado de ter participado de uma reunião com membros do PFL e de ter recebido dinheiro para influenciar a eleição de 1998.

EXORTANDO CPMF

O governo brasileiro pediu ao Congresso Nacional para aprovar o CPMF de 1999, o que permitiria a redução da carga tributária e a melhoria da competitividade do país.

TRÓCA-TRÓCA

O ministro da Saúde, José Carlos Tinoco, anunciou que o governo brasileiro está negociando com a Organização Mundial da Saúde (OMS) a troca de medicamentos e equipamentos médicos.

DEPUTADOS

Dois deputados federais do PFL foram presos em sua residência, acusados de terem participado de uma reunião com membros do PFL e de terem recebido dinheiro para influenciar a eleição de 1998.

Mandato de deputado por um fio

Mesa da Câmara deve propor cassação de Hildebrando por falta de decoro. Zémar admite que punição será inevitável

Por Luiz Roberto
Correio de Brasília

O deputado federal do PFL, Hildebrando de Faria, está sob pressão para se desligar da Câmara. A Mesa Diretora da Câmara dos Deputados, presidida por Zémar de Faria, está avaliando a possibilidade de propor a cassação do mandato de Hildebrando por falta de decoro.

A Mesa Diretora da Câmara dos Deputados, presidida por Zémar de Faria, está avaliando a possibilidade de propor a cassação do mandato de Hildebrando por falta de decoro.

Por Luiz Roberto
Correio de Brasília

Hildebrando de Faria, deputado federal do PFL, está sob pressão para se desligar da Câmara. A Mesa Diretora da Câmara dos Deputados, presidida por Zémar de Faria, está avaliando a possibilidade de propor a cassação do mandato de Hildebrando por falta de decoro.

o deputado federal do PFL, Hildebrando de Faria, está sob pressão para se desligar da Câmara. A Mesa Diretora da Câmara dos Deputados, presidida por Zémar de Faria, está avaliando a possibilidade de propor a cassação do mandato de Hildebrando por falta de decoro.

A Mesa Diretora da Câmara dos Deputados, presidida por Zémar de Faria, está avaliando a possibilidade de propor a cassação do mandato de Hildebrando por falta de decoro.

Por Luiz Roberto
Correio de Brasília

Hildebrando de Faria, deputado federal do PFL, está sob pressão para se desligar da Câmara. A Mesa Diretora da Câmara dos Deputados, presidida por Zémar de Faria, está avaliando a possibilidade de propor a cassação do mandato de Hildebrando por falta de decoro.

ARTIFÍCIOS DO CASO HILDEBRANDO	
A Câmara dos Deputados deve propor a cassação do mandato de Hildebrando de Faria por falta de decoro.	
ANACRÔNISMO	PERFORMANCE DO CONGRESSO
<p>Falta de decoro O deputado federal do PFL, Hildebrando de Faria, está sob pressão para se desligar da Câmara. A Mesa Diretora da Câmara dos Deputados, presidida por Zémar de Faria, está avaliando a possibilidade de propor a cassação do mandato de Hildebrando por falta de decoro.</p>	<p>34 Número de deputados que votaram a favor da cassação do mandato de Hildebrando.</p>
<p>Artifício O deputado federal do PFL, Hildebrando de Faria, está sob pressão para se desligar da Câmara. A Mesa Diretora da Câmara dos Deputados, presidida por Zémar de Faria, está avaliando a possibilidade de propor a cassação do mandato de Hildebrando por falta de decoro.</p>	<p>18 Número de deputados que votaram contra a cassação do mandato de Hildebrando.</p>
<p>Artifício O deputado federal do PFL, Hildebrando de Faria, está sob pressão para se desligar da Câmara. A Mesa Diretora da Câmara dos Deputados, presidida por Zémar de Faria, está avaliando a possibilidade de propor a cassação do mandato de Hildebrando por falta de decoro.</p>	<p>12 Número de deputados que votaram abstenção na votação sobre a cassação do mandato de Hildebrando.</p>
<p>Artifício O deputado federal do PFL, Hildebrando de Faria, está sob pressão para se desligar da Câmara. A Mesa Diretora da Câmara dos Deputados, presidida por Zémar de Faria, está avaliando a possibilidade de propor a cassação do mandato de Hildebrando por falta de decoro.</p>	<p>4 Número de deputados que votaram em branco na votação sobre a cassação do mandato de Hildebrando.</p>
DE UPTIME CASADOS	
<p>Deputado O deputado federal do PFL, Hildebrando de Faria, está sob pressão para se desligar da Câmara. A Mesa Diretora da Câmara dos Deputados, presidida por Zémar de Faria, está avaliando a possibilidade de propor a cassação do mandato de Hildebrando por falta de decoro.</p>	<p>Deputado O deputado federal do PFL, Hildebrando de Faria, está sob pressão para se desligar da Câmara. A Mesa Diretora da Câmara dos Deputados, presidida por Zémar de Faria, está avaliando a possibilidade de propor a cassação do mandato de Hildebrando por falta de decoro.</p>
<p>Deputado O deputado federal do PFL, Hildebrando de Faria, está sob pressão para se desligar da Câmara. A Mesa Diretora da Câmara dos Deputados, presidida por Zémar de Faria, está avaliando a possibilidade de propor a cassação do mandato de Hildebrando por falta de decoro.</p>	<p>Deputado O deputado federal do PFL, Hildebrando de Faria, está sob pressão para se desligar da Câmara. A Mesa Diretora da Câmara dos Deputados, presidida por Zémar de Faria, está avaliando a possibilidade de propor a cassação do mandato de Hildebrando por falta de decoro.</p>

Cavalcanti chama Viana de omissivo

Por Luiz Roberto
Correio de Brasília

O deputado federal do PFL, Hildebrando de Faria, está sob pressão para se desligar da Câmara. A Mesa Diretora da Câmara dos Deputados, presidida por Zémar de Faria, está avaliando a possibilidade de propor a cassação do mandato de Hildebrando por falta de decoro.



Os deputados Hildebrando de Faria e Zémar de Faria, ambos do PFL, em uma reunião com membros da Mesa Diretora da Câmara dos Deputados.

O deputado federal do PFL, Hildebrando de Faria, está sob pressão para se desligar da Câmara. A Mesa Diretora da Câmara dos Deputados, presidida por Zémar de Faria, está avaliando a possibilidade de propor a cassação do mandato de Hildebrando por falta de decoro.

Suplentes são denunciados

Por Luiz Roberto
Correio de Brasília

O deputado federal do PFL, Hildebrando de Faria, está sob pressão para se desligar da Câmara. A Mesa Diretora da Câmara dos Deputados, presidida por Zémar de Faria, está avaliando a possibilidade de propor a cassação do mandato de Hildebrando por falta de decoro.

CORREIO BRAZILIENSE

BRASIL

Brasília, quinta-feira, 23 de setembro de 1999 11

Deputado se esconde em apartamento de tucana

Candidata a distrital pelo PSDB-DF nas últimas eleições disse ter ficado surpresa com a presença de Hildebrando

Solano Nazareno e Leonardo Cardozo
Da equipe do Correio

O apartamento de uma candidata a deputada distrital pelo PSDB em Brasília serviu ontem de esconderijo para o deputado cassado Hildebrando Pascoal. Ele escapou do prédio ao final da tarde, disputando dois policiais federais. Por volta das 21h30, o carro com o qual ele fugiu estava em frente a uma casa do Lago Sul, pertencente a um de seus advogados.

Pascoal mora no bloco H da SQN 302, mas estava a cerca de 8 km dali. Uma câmera de vídeo do sistema de segurança do bloco H da SQN 308 registrou, a 18h44 de ontem, a entrada de Pascoal, acompanhado por quatro seguranças. Ele não precisou falar com o porteiro para entrar no prédio, pois tinha a chave da porta de entrada e também do apartamento 204.

Foi descoberto à tarde. Pouco depois das 18h, chegou ao terceiro andar do edifício, mas os jornalistas que o esperavam, resolveram subir novamente. Menos de 15 minutos depois, deixou o prédio, visivelmente irritado. Primeiro parou, encarando os jornalistas, em silêncio. Depois, diante da insistência das perguntas, foi lacônico: "Eu não quero conversa com vocês, mi-

ha conversa é com o Poder Judiciário", afirmou. "Vocês passaram nove meses me batendo". Depois o motorista saiu em alta velocidade e por pouco não atropelou alguns jornalistas. Perseguido, chegou a trafegar na contramão e manteve a velocidade bem acima da permitida, conseguindo assim desviar dos policiais federais que vigiavam Pascoal sem poder prendê-lo, já que sua prisão ainda não estava decretada.

Mais tarde, o veículo foi localizado em frente a casa do advogado Ert Varella, na QL 14 do Lago Sul. O advogado havia anunciado no dia anterior que Pascoal tentaria obter asilo político em alguma embaixada. Fontes do Itamaraty e da PF não foram consultados.

que ele contatou pelo menos a embaixada do Paraguai, mas o asilo foi negado. Segundo os advogados, Pascoal se entregará se sua prisão for decretada. O apartamento no qual o deputado cassado se escondeu pertence a Tereza Guaraciaba. Ele não quis falar com o Correio, mas, a um interlocutor, se mostrou muito surpresa com a notícia. Disse que o imóvel estava vazio e havia sido pedido em empréstimo por um advogado, seu amigo, que alegou estar precisando de um lugar para ficar por uma semana.

MEMÓRIA

CÂMARA CASSOU 16 EM TODA A SUA HISTÓRIA

Acusado de comandar grupos de extermínio no Acre, participar pessoalmente de assassinatos e estar envolvido com o tráfico internacional de drogas, Hildebrando Pascoal não conseguiu a cair quando começou o que parece ser o maior de todos os processos para a Câmara dos Deputados: a falta de decoro parlamentar. Em abril, Talvane Albuquerque, de Alagoas, suspeito de ter sido o mandante do assassinato da deputada Getúlia Cunha, de quem era suplente, e de três familiares dela, foi cassado por ter faltado com o decoro parlamentar ao negociar com um pistoleiro, por telefone e em diálogo gravado, um suposto assassinato. Sérgio Naya, responsável

pelo desabamento de um prédio no Rio que matou oito pessoas, foi cassado um ano antes de Talvane. Motivo: falta de decoro parlamentar. Ele havia sido flagrado por um cinegrafista, em reunião com vereadores da cidade mineira de Três Pontas, confessando que fotografava documentos.

Só nos últimos dois anos, foram encaminhados a Comissão de Justiça (CJ) dez pedidos de cassação. Mas, em toda a história do Congresso, apenas 16 deputados federais, incluindo Pascoal, perderam o mandato por decisão do plenário, a maioria por comportamento "incompatível com o decoro parlamentar".

Em 1993, a CPI do Orçamento propôs 27 cassações e conseguiu seis. No ano seguinte, três foram cassados por receber dinheiro para entrar no PSD. Em 1991, foi a vez de Juber Ribeiro (RO), acusado de tráfico de drogas.

CURTAS

Vereadora do PL é indiciada

A vereadora paulistana Maria Helena (PL) foi indiciada ontem por crime contra a honra. Ela é

acusada de calúnia, injúria e difamação por ter dito, em agosto, que recebeu a proposta de pagar R\$ 200 mil a integrantes da força-tarefa que investiga a máfia dos fiscais para o relaxamento de um flagrante. O delegado Joaquim Elias Alves indicou indiretamente a vereadora por ela ter se recusado a depor, decisão formalizada em petição. O inquérito deve ser concluído na semana. (Agência Estado)

Informe Publicitário

Representação Sindical na Justiça do Trabalho

Mentira

Os conciliadores custam muito caro para a Justiça do Trabalho.



Verdade

Eles representam menos de 9% do orçamento da Justiça do Trabalho embora sejam responsáveis por mais da metade da solução dos conflitos trabalhistas. Os conciliadores ganham por sessão, isto é, R\$ 180,00 por dia trabalhado e num limite de 20 dias por mês.

Defenda os conciliadores. Eles representam você na Justiça.



ASSOCIAÇÃO NACIONAL DOS CONCILIADORES DA JUSTIÇA DO TRABALHO

www.anajuca.com.br

CONDOMÍNIO FECHADO

PRONTO PARA MORAR

ÚLTIMAS UNIDADES

3 Quartos (1 suíte)

Use seu FGTS

Shopping Valsparaiso

POURCEX

GRAND DE VENDAS NO LOCAL

627-4731 - 914-9102

Anexo G – Editoriais do Correio Braziliense (23/09, 24/09 e 26/09)



Moralização

A cassação do deputado Hildebrando Pascoal depõe a favor da Câmara dos Deputados. Ao longo dos anos, a instituição tem estado sob severa censura da opinião pública por cultivar espírito corporativista que, não raras vezes, resulta na impunidade de parlamentares acusados de violação à lei. Não foi o caso no episódio Hildebrando Pascoal. Nem poderia ser. As acusações que pesam sobre ele — tráfico internacional de drogas e comando de esquadrão de extermínio — repugnam os homens de bem e ferem o espírito humanitário dos brasileiros.

A retratada do sr. Hildebrando Pascoal da cena política vem, pois, ao encontro dos anseios da população. E acende as esperanças de que, doravante, não haja contemplação com os que recorrem ao mandato de deputado ou senador para fugir da prestação de contas à justiça, ou com os que abusam da representação e se desviam dos compromissos assumidos com os eleitores.

A punição chega a hora bastante oportuna. Na terça-feira, recebeu aprovação dos deputados o projeto de lei de iniciativa popular que inibe a compra de votos. A proposta abre caminho no rumo da moralização das eleições. Contempla a possibilidade de cassação do registro e diploma do candidato antes da posse, pois concede maior agilidade no trânsito do processo.

A legislação atual também pune o

comércio de votos. Mas o rito é demorado. A decisão, em geral, vem tarde. Ali, ocorre uma das duas hipóteses: o condenado está protegido pela imunidade parlamentar ou já concluiu o mandato. Em suma: o crime fica sem castigo.

A certeza da impunidade se alastra como erva daninha. Adubada pela ignorância e pobreza da população, estimula a troca de votos por dinheiro, emprego, sapato ou dentadura. A manipulação do poder econômico com recursos às vezes oriundos de atividades criminosas traz para o centro das decisões políticas pessoas que, em outras circunstâncias, deveriam estar recolhidas ao sistema penitenciário.

O projeto ora em tramitação pode não acabar com a feira eleitoral. Mas contribuirá para desestimulá-la. É importante que seus efeitos se façam sentir já nas próximas eleições municipais, marcadas para o ano 2000. Para tanto, há que correr contra o calendário. O presidente precisa sancionar a lei até 30 de setembro, próxima quarta-feira. Antes disso, a proposição tem que passar pelo crivo do Senado.

O Congresso empreende o caminho da moralidade. Medidas como a cassação do representante do Acre e da inibição de crimes eleitorais apontam no sentido da restauração da dignidade na política. É bom sinal. Deputados e senadores devem perseverar nessa direção. Essa atitude melhora a representação e eleva o nível do Parlamento.



O cartel do Acre

As investigações sobre o elenco numeroso de crimes atribuídos ao deputado Hildebrando Pascoal no curso do processo aberto para sua cassação puseram em cena sociedades de celerados capazes de atrocidades aterrorizantes. No desfile perante a Comissão Parlamentar de Inquérito do Narcotráfico de suspeitos apontados como bandidos a soldo do parlamentar, houve confissões capazes de repugnar as consciências mais pervertidas. Dezenas de assassinatos bárbaros impuseram o terror no Acre, com registro da escalada de violência a partir dos anos 90.

No roteiro das barbáries há até o ritual macabro de um desfile que teve braços e pernas decepados por uma motosserra enquanto vivo e, em seguida, abejado com um tiro de misericórdia. Um dos que confessaram funcionar como braço assassino apontou o deputado à CPI como ator principal do espetáculo dantesco. Toda a tragédia revela o subsolo moral de atividades que vão desde o narcotráfico, com passagem por grupos de extermínio, até o contrabando praticado em escala empresarial.

Uma teia estendida em várias direções vincula políticos, magistrados, empresários, altos servidores públicos, policiais, traficantes, pistoleiros, contrabandistas e até dois ex-governadores ao esquema montado no Acre para as ações do crime organizado. É, pelo menos, o que diz relatório elaborado em conjunto pela Procuradoria da República no estado e Polícia Federal, conforme

denúncia da revista *Víza* desta semana.

Mais grave ainda do que a onda homicida provocada pela disputa das operações criminosas é o fato de não restar dúvida sobre a existência no país de um cartel para exploração do tráfico de drogas com centro operacional no Acre. É a primeira vez que os negócios da Colômbia (cartéis de Cali e Medellín), do Peru e da Bolívia se organizam no Brasil sob controle de brasileiros. Pior, sob a proteção de vasta rede de grupos influentes, aptos a assegurar o desenvolvimento da infiltração e garantir a impunidade dos delinquentes.

A destruição imediata do cartel acreano é imposição de interesse nacional da mais elevada prioridade. É indispensável punir o fio da meada a partir das investigações realizadas pela CPI sobre as atividades do deputado Hildebrando Pascoal. E, daí, trazer à luz os comandos da organização, os sequeiros que os servem para fazê-los protegidos e os bandidos encançados do tráfico.

Com faturamento anual em torno de US\$ 500 bilhões de dólares, o comércio dos entorpecentes é fonte inextinguível, colossal, de corrupção. Por falta de ação capaz de desarticular no nascedouro a trama já montada, o Brasil corre o risco de vir, no futuro, a transformar-se numa nova Colômbia. Veja-se que, em Mato Grosso, há indícios veementes de que o assassinato do juiz José Leopoldino Marques do Amaral, autor de denúncias contra desembargadores do Tribunal de Justiça, teria sido encomendado pelo narcotráfico.



Defesa da política

A cassação pela Câmara do mandato de Hildebrando Pascoal revela cenário desconcertante no meio político. Algumas pessoas, com pouca ou nenhuma vocação para administrar e gerir a coisa pública, buscam os partidos e lutam para conquistar mandatos apenas para proteção de seus negócios particulares. No caso do ex-deputado do Acre, essa prática se mostra por inteiro. Ele, além de tráfico de drogas, é acusado de crimes bárbaros, antecidos por torturas medievais.

Os partidos políticos têm dado guarida a pessoas sem inclinação para a atividade e com passado nebuloso. Recentemente, o Congresso aprovou legislação com o objetivo de punir crimes eleitorais. Agora, no bojo da discussão de reforma partidária, as lideranças devem lançar os olhos e entender as preocupações para o preenchimento das listas partidárias. O dinheiro não é bom argumento nem o melhor conselheiro no momento da escolha de candidatos. O ex-deputado Hildebrando Pascoal e seu suplente, José Aleksandro, também sob severas suspeitas, chegaram a Brasília por intermédio do PFL.

As lideranças nacionais do partido nada têm a ver com o ocorrido. Mesmo porque não dispõem dos meios e dos modos para evitar que prolifere em sua legenda pessoas que apenas buscam a defesa de interesses pessoais. A questão, no entanto, é mais abrangente e profunda. É preciso dotar os partidos políticos de mecanismos eficazes que os defendam dos arrivistas, dos alpinistas sociais, dos carreiristas de

plântão e dos criminosos comuns. Eles não podem se proteger sob o manto de imunidade que evita o julgamento e perpetua a ação delituosa.

O exemplo de Hildebrando Pascoal é eloquente. A Polícia Federal e a CPI do narcotráfico da Câmara não hesitaram em apontá-lo como enredado na atuação desquadrada da morte no Acre. Uma fita de vídeo, que testemunha alega ter assistido, mostra Pascoal cortando com motosserra os braços e as pernas de suposto cúmplice do assassino de um irmão seu. Outros crimes que lhe são imputados são quase pecados veniais diante das barbaridades relatadas: mandar libertar traficantes, comprar com cocaína votos para sua eleição, empregar policiais militares em sua campanha e distribuir "salvo-condutos" a motoristas, vários deles traficantes e assassinos condenados. Uma pessoa com esse currículo transitava livremente pela capital da República, exibida proximidade com o poder e estava na condição de influir nos destinos do país.

É preciso, no menor prazo possível, dotar os partidos políticos de mecanismos capazes de identificar no momento certo a pessoa indônea ou capaz de produzir mal ao Estado e ao país. Os perigos da vida moderna são muitos. O tráfico de drogas desestabilizou a Colômbia, influi no Peru, no Equador e na Bolívia. Movimenta bilhões de dólares. Desorganizou a vida na cidade do Rio de Janeiro. O risco de seus poderosos operadores montarem uma bancada no Congresso é efetivo. Suas conseqüências seriam desastrosas para o Brasil. É hora de agir, com firmeza, determinação e muita pressa.

Anexo H – Correio Braziliense 24/09/1999

12 Brasília, sexta-feira, 24 de setembro de 1999

BRASIL

CORREIO BRAZILIENSE

Quatro acusações contra suplente

Justiça acumula denúncias. Mas, sem condenação, Aleksandro assume hoje na Câmara o mandato de Hildebrando

Da Redação

Fle tem cara de anjo, segundo quem o conhece bem. Mas, no Acre, é quase tão temido quanto o ex-deputado Hildebrando Pascoal, de quem pretende assumir a cadeira. Seu temperamento irrequieto e famoso na Câmara Municipal de Rio Branco, onde cumpre mandato pelo PFL. Aos 33 anos, o vereador José Aleksandro da Silva, primeiro suplente de Hildebrando, está chegando à Câmara dos Deputados com um currículo à altura do antecessor.

Hildebrando ficou orgulhoso de ver o resto do mandato em mãos. Mas, Alexandre, o José Alex, está denunciado, junto a segunda Vara Criminal da Câmara de Rio Branco, pela prática de quatro crimes. Todos por causa da sua atuação na Câmara Municipal, onde, como primeiro secretário da Mesa Diretora, tem o poder de ordenar despesas. De responde, também, a uma ação civil pública por improbidade administrativa.

Ma, como ainda não foi condenado em nenhum desses casos, não está impedido de tomar posse no Congresso. E assume o mandato hoje, às 14h. Apesar de a Mesa Diretora da Câmara dos Deputados ter vacilado a biografia do vereador, não foi encontrado nenhuma condenação. Isso, contudo, não o livrará de ser investigado. A CPI do Narcotráfico vai entregar à Mesa da Câmara documentos que acusam o suplente de estar respondendo a processos na Justiça.

DESVIO

A primeira denúncia, no Ministério Público do Acre, é pela prática de peculato. Aleksandro teria desviado mais de R\$ 1 milhão dos cofres públicos, o que pode lhe render uma pena de dois a dez anos de reclusão.

Por uma suposta falsificação de documentos particulares, ele pode pagar de um a cinco anos.

O vereador teria falsificado notas fiscais — forçando o pagamento de despesas — e inventado a existência de uma Câmara Municipal — e ficado com o dinheiro. Outra denúncia é por extravio, apropriação e inutilização de documentos oficiais, por ter destruído os processos de pagamentos feitos com base nas notas falsificadas. A pena prevista para esse tipo de crime é de um a quatro anos.

Ele também é suspeito de falsificar documentos públicos (atos oficiais da Câmara Municipal), o que mostra outra das quatro denúncias e pode render

"ELE NÃO É MAIS VEREADOR. AGORA É DEPUTADO FEDERAL"

Indenização de gêmeos de Aleksandro no Câmara Municipal de Rio Branco

uma pena de dois a seis anos. Há ação civil, movida pela Promotoria de Justiça do Acre, e relativa a enriquecimento ilícito, prejudicial ao erário e agressão aos princípios da administração pública.

FRATERNIDADE Em resposta pelo ganho de R\$ 3 milhões com despesas de publicidade de semelhança, fraude em licitação de serviços públicos, despesas com passagens aéreas para fins particulares, uso abusivo de telefones celulares da Câmara Municipal em viagens de turismo para o Nordeste (as co-

tas chegaram a R\$ 1,2 mil); despesas com combustível de carros particulares pagas pela Câmara (durante a campanha de 1998); pagamento de UTI no Acre para uma senhora com um cheque da Câmara, no valor de R\$ 32 mil; e nomeação da mulher (Jelly Silva) para acumular três empregos em cargos públicos.

Aleksandro foi procurado pelo repórter do Correio, mas sua secretária na Câmara de Rio Branco não informou o seu endereço. Usaram apenas o nome dele e mais o endereço do deputado federal. Em Brasília não havia notícias dele no PFL, nem no seu futuro gabinete. O segundo suplente de Hildebrando, Clóvis Queiroz, também está sendo processado por contra publicidade sem licitação, quando presidia a Eletroac.



Hildebrando sob escrutínio, vai para o Batalhão de Polícia de Investigação

Pascoal tem cela especial na PM

Sérgio Nogueira e Lécio de Carvalho do Departamento de Polícia de Investigação

O deputado cassado Hildebrando Pascoal se apresentou na madrugada de ontem à Polícia Federal, depois que sua prisão foi decretada por um juiz do Acre. Por ser o primeiro nomeado da Polícia Militar, ele ficará preso pelos próximos 30 dias no 3º Batalhão da PM, que já começa a receber refúgio no sistema de segurança — o último militar famoso detido no local foi Osmarinho Carlos Filho, que se queira uma filha do senador Luiz Elton (PMDB) e conseguiu fugir daquele quartel com a ajuda de colegas.

Com o mandato cassado na tarde anterior, Pascoal perdeu a imunidade parlamentar e poderia ser preso a qualquer momento. O Ministério Público do Acre pediu sua prisão ainda na noite da quarta-feira, logo depois da cassação, e o pedido foi aceito

pelo juiz federal Pedro Francisco da Silva. O despacho veio para a Justiça Federal em Brasília. Mais tarde, e seguiu para a PF com a determinação de ser cumprido imediatamente.

PROMESSA

Não foi pacto. Pouco antes das 14h, os advogados de Pascoal souberam da decisão da Justiça e resolveram cumprir o prometido. Um deles, Est. Santa, foi para a Superintendência Regional da PF aceitar os detalhes da prisão. Por volta de 18h da madrugada, um auto-móvel escoltado por dois veículos da PF trouxe Pascoal para a superintendência.

Segundo Varela, seu cliente estava em uma casa na QL 14, de Lago Sul, onde funcionava escritório de Pedro Calmon, outro advogado de Pascoal. As 16h15, o comandante-geral Antônio Ribeiro chegou à superintendência. "Não foi fazer uma visita, foi contá-lo pela PF a ir até lá," O

despacho da Justiça Federal em Brasília já determinava que o deputado cassado fosse levado a um quartel da PM, privilegiando a oficialidade da corporação, mesmo reformado como Pascoal, pelo artigo 242 do Código de Processo Penal Militar.

As 18h31, duas caminhonetes da PF deixaram a superintendência carregando Pascoal e uma escolta de agentes até o Quartel General da PM. Logo depois ele foi transferido para uma das seis salas do Batalhão de Operações Especiais (Bope), instalado nos fundos do QG. "Não há regalia alguma", explicou Ribeiro.

Não há luxo, mas é algo de fazer inveja aos detidos da Papuda. Trata-se de uma dependência com dois ambientes — uma sala e um pequeno quarto —, que juntos têm quase nove metros quadrados. Há uma cama, mesa, duas cadeiras e banheiro privativo, com chuveiro.

O deputado cassado ainda deverá ser transferido para o 3º Batalhão, que possui mais células tem sistema de guarda de prisões militares convencional e está mais preparado para detenção. Ribeiro disse que a transferência vai ocorrer "da logo o batalhão receber condições". No Exército, Pascoal ficou sob a supervisão do tenente-coronel Mário Vieira. "Vou ser o carcereiro", brincou o oficial, que já tem em seu currículo o custódio de presos famosos como Paulo César Farias e PC.

No local, Pascoal vai cumprir prisão temporária por 30 dias — que pode ser prorrogada por mais 30. Os crimes ligados ao mandato de prisão que teriam sido cometidos pelo deputado cassado são tráfico de drogas e homicídios "praticados em atividades típicas de grupo de extermínio" — os crimes são considerados hediondos e, portanto, não são anistados.

Quando a violência veste farda

Crime organizado avança no país sob comando de quem deveria combatê-lo: a polícia civil e militares

maria F. Vianna

Em meio a uma série de crimes, a polícia civil e militar, em uma operação conjunta, apreendeu um lote de drogas em uma casa no bairro de Brasília.

Em meio a uma série de crimes, a polícia civil e militar, em uma operação conjunta, apreendeu um lote de drogas em uma casa no bairro de Brasília. O crime organizado avança no país sob comando de quem deveria combatê-lo: a polícia civil e militares.

Em meio a uma série de crimes, a polícia civil e militar, em uma operação conjunta, apreendeu um lote de drogas em uma casa no bairro de Brasília. O crime organizado avança no país sob comando de quem deveria combatê-lo: a polícia civil e militares.



Quem luta contra o crime organizado no Brasil, luta contra a polícia civil e militar. A polícia civil e militar, em uma operação conjunta, apreendeu um lote de drogas em uma casa no bairro de Brasília.

Em meio a uma série de crimes, a polícia civil e militar, em uma operação conjunta, apreendeu um lote de drogas em uma casa no bairro de Brasília. O crime organizado avança no país sob comando de quem deveria combatê-lo: a polícia civil e militares.

ENTREVISTA: JOÃO CARLOS DIAS

"O crime organizado exige políticos, porém no judiciário e na polícia"

João Carlos Dias, 47 anos, é um dos principais nomes do crime organizado no Brasil. Ele é um político, empresário e líder de uma das maiores organizações criminosas do país. Ele foi condenado por diversos crimes, incluindo tráfico de drogas e lavagem de dinheiro. Ele é conhecido por sua habilidade em se conectar com políticos e empresários, o que lhe permite operar livremente no Brasil. Ele é considerado um dos principais responsáveis pelo crescimento do crime organizado no país nos últimos anos.

MARIA GUILHERMINA DORNELLES BARRETO VIANNA
NINHA DE 7º DIA
Marcelo, Lygia, Maria, Rafael, Junior, Pedro, Maria e Rafael chegaram em manifestações de apoio a candidatura de Vianca e se reuniram no dia 25 de outubro, às 19 horas, na IGreja Nossa Senhora da Consolação, em Brasília.

Em meio a uma série de crimes, a polícia civil e militar, em uma operação conjunta, apreendeu um lote de drogas em uma casa no bairro de Brasília. O crime organizado avança no país sob comando de quem deveria combatê-lo: a polícia civil e militares.

10

BRASIL

04/11/1999

SEM ALARDE, COMISSÃO QUE INVESTIGA O NARCOTRÁFICO JÁ CASSOU ATÉ DEPUTADO

A CPI QUE FUNCIONA

BALANÇO DA ATUAÇÃO DA CPI DO NARCOTRÁFICO

PRELIMINAR - A comissão de CPI do Narcotráfico, criada em 1997, já cassou dois deputados e um senador. Também já ouviu mais de 100 testemunhas e realizou mais de 100 audiências públicas. A comissão também já recebeu mais de 100 denúncias e já realizou mais de 100 reuniões.

ANÁLISE DA NOTÍCIA
EXPERIÊNCIA E PÓS NOÇÃO
A comissão de CPI do Narcotráfico, criada em 1997, já cassou dois deputados e um senador. Também já ouviu mais de 100 testemunhas e realizou mais de 100 audiências públicas. A comissão também já recebeu mais de 100 denúncias e já realizou mais de 100 reuniões.

Investigação e do Narcotráfico
A comissão de CPI do Narcotráfico, criada em 1997, já cassou dois deputados e um senador. Também já ouviu mais de 100 testemunhas e realizou mais de 100 audiências públicas. A comissão também já recebeu mais de 100 denúncias e já realizou mais de 100 reuniões.

Badan Palhares também vai depor

Depoimento de Badan Palhares
A comissão de CPI do Narcotráfico, criada em 1997, já cassou dois deputados e um senador. Também já ouviu mais de 100 testemunhas e realizou mais de 100 audiências públicas. A comissão também já recebeu mais de 100 denúncias e já realizou mais de 100 reuniões.

Depoimento de Badan Palhares
A comissão de CPI do Narcotráfico, criada em 1997, já cassou dois deputados e um senador. Também já ouviu mais de 100 testemunhas e realizou mais de 100 audiências públicas. A comissão também já recebeu mais de 100 denúncias e já realizou mais de 100 reuniões.